

Revolução

1976



REVOLUÇÃO SOCIALISTA OU FASCISMO

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO

31 DE DEZEMBRO/1.º DE JANEIRO

Porta-Voz do PARTIDO
REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO



Revolução



PARTICIPAÇÃO DOS LEITORES

AOS SOLDADOS PORTUGUESES!

Camaradas:
Vocês ainda têm neste momento, uma palavra a dizer neste princípio de Revolução, que agora sofreu um rude golpe, mas tanto vós como nós, civis, não podemos desanimar. Vocês não podem deixar-se ir no engodo dos ofícios reaccionários.

Hoje vocês são militares, amanhã civis, e sofrerão as mesmas consequências que nós.

Camaradas, têm que se unir e dizer NÃO à repressão e NÃO às prisões de oficiais revolucionários. Muitos de vós foram sempre bem tratados por esses oficiais. Há homens presos que estão dispostos a lutar por uma sociedade socialista.

Camaradas, há um homem que é amigo dos soldados e que teve um papel importante em todo este processo revolucionário e que ajudou as famílias que não tinham

casas e muitas das vossas famílias, também esteve ao lado delas. É o Capitão Lourenço Marques, que é um homem revolucionário, e mais oficiais que não vale a pena citar, vocês sabem-no bem. Isso é só para vovós reflectirem. Vejam o que aconteceu aos vossos camaradas deficientes que ficaram inutilizados numa guerra colonial, e agora o que eles têm, — miséria.

Muitos deles, têm filhos, família, muitos ficam complexados por terem pais inutilizados, etc. Tantas famílias ficaram destruídas por causa da guerra colonial! Muitas mulheres casadas, noivas, e namoradas ficaram viúvas. Portanto, camaradas, meditem com consciência. Tenho confiança em vocês.

EM FRENTE COM A REVOLUÇÃO SOCIALISTA

J C

«Revolucionários, libertação fascistas p'ra prisão»

Passado que foi um mês de prisão para os militares e civis revolucionários presos, os trabalhadores vêm à rua em massa quer em Lisboa quer no Porto lutar pela sua libertação.

Noite que normalmente é tida como noite de festa, os trabalhadores sentiram que deviam de estar mais perto daqueles que desde o 25 de Abril se puseram ao seu lado e que agora estão presos.

Caxias

Em Lisboa na noite de 31 a concentração em Caxias atingiu aproximadamente o número de 3 000 pessoas.

Lá estiveram também a GNR, os comandos e outras forças militares, mas estes para reprimir. No dia 1 a concentração aumentou e chegaram estar cerca de 7 000.

«Jaime Neves, fascista assassino»

Foi com esta palavra de ordem que os trabalhadores responderam à agressão por parte dos comandos, quando eles na noite de 31 atiraram rajadas de metralhadora. Também no dia 1 a repressão veio dos militares, que dispersaram à coronhada os trabalhadores. A agressão foi grande tendo-se verificado alguns feridos.

A GNR manteve-se à parte sem entrar em conflito com os trabalhadores.

Custóias

Custóias — Dia 1 — 40 000 trabalhadores.

Aqui as forças repressivas foram mais longe. A GNR cumpriu um papel diferente do de Caxias, e carregou, matou.

A concentração de Custóias mos-

trou bem o que os trabalhadores querem, e que não estão a dormir. Como resposta a isto a resposta dos agentes repressivos do Governo só podia ser uma — atirar e matar.

Tal como no 25 de Abril se efectuaram concentrações de milhares e milhares de pessoas, exigindo a libertação de todos os antifascistas presos pela PIDE, novamente os trabalhadores voltam à porta das prisões porque lá dentro estão alguns dos seus companheiros de luta. Para este Governo cujo socialismo pluralista e em liberdade é prender revolucionários, carregar sobre os trabalhadores e matá-los, aumentar provocatória e escandalosamente os preços, vai ser bastante difícil justificar as suas atitudes ainda com o paleio de «socialismo» e «para defender a revolução».

Isto já não pega!

Os trabalhadores aprenderam ao longo de 48 anos como é que o fascismo actua, e estas medidas são já algumas das suas conhecidas.

Sobre os graves acontecimentos de Custóias, a Organização Regional do Norte emitiu o seguinte comunicado:

Aos trabalhadores da região do porto

Dia 1 de Janeiro é o Dia Mundial da «Paz».

Costa Gomes e Pires Veloso fazem alocações ao País nos órgãos da Comunicação Social falando em paz, amor e fraternidade para os portugueses e enquanto isso os seus subordinados cumprem as criminosas ordens de disparar sobre o povo trabalhador.

É assim; a burguesia e seus representantes dizem uma coisa e fazem outra ou mandam fazer outra diferente.

Enquanto se apregoa o socialismo em liberdade o povo trabalhador tem

Continua na pág. 19

Assinatura

Querem considerar-me assinante na modalidade abaixo assinada:

NOME _____
MORADA _____
LOCALIDADE _____
PROFISSÃO _____

ASSINATURA: Semestral — 90500
— 185000

PAGAMENTO: Em cheque
Em Vale

SEDES

ALGES — Rua Vitor Duarte Pedroso, 15 — Algés de Cima — Telef. 2100337
ANADORA — Rua Gonçalves Ramos, 40 — Telef. 939525
ARGEA — Telef. 0049/92169
BARREIRO — Rua Dr. Eusébio Leão, 31 — Telef. 2076745
BEJA — Rua Alexandre Herculano, 29 — Telef. 0079/24594
CASTELO BRANCO — Alameda da Liberdade, 16
COIMBRA — Rua Eça de Queirós nº 33
COVA DA PIEDADE — Estrada Nacional, 10 — Telef. 2763267 / 2763397 / 2763122
COVLHÁ — Rua Visconde da Coriscada, 60
EVORA — Largo do Chão das Covas, 21 — Telef. 24998
FARO — Rua Dr. Cândido Guerreiro, 35
FERRAGUDO — Rua 1.ª de Maio
LAVRADIO — Rua Dr. José Carcano Lobo, 12
LISBOA — Sede Central do Partido — Rua Castilho, 70 — Telef. 48119 / 573520 / 573640

JORNAL «REVOLUÇÃO» — Rua Castilho, 70
ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE LISBOA — Av. da República, 40
LOULÉ — Av. José da Costa Mealha, 39-1.ª — Telef. 0089 / 63043
MARINHA GRANDE — Rua Marquês de Pombal, 65
OLHÃO — Rua 18 de Junho, 64-B-C
PAREDE — R. Gomes Freire de Andrade, 1 — Telef. 2474142
PORTIMÃO — Rua 5 de Outubro, 17
PORTO — Rua Álvares Cabral, 110 — Telef. 315759 / 315786
QUINTA DA LOMBA — Praça Francisco Xavier
S. JOÃO DA MADEIRA — Rua Jaime AFREIXO, 142
SACAVEM — Largo 5 de Outubro, 16-17 — Tel. 2512807
SETUBAL — Colégio Frei Agostinho da Cruz — Rua Jorge de Sousa
SINES — Rua Marquês de Pombal, 96
VIANA DO CASTELO — Rua José Espergueira — Telef. 22558

UNIVERSIDADE PROLETÁRIA

LISBOA — Av. 5 de Outubro, 68 — Telef. 770017

A situação dos detidos de 25 de Novembro

Foram transferidos do estabelecimento prisional de Custóias para o forte militar de Caxias, o major Varela Rubim, o capitão-tenente Marques Pinto, os capitães Barbosa Pereira, Nuno Santos Ferreira, Nuno Santos Silva, Luis Ribeiro Pessoa e José Lopes Gameiro, o tenente Victor Silva Godinho, os segundo-tenentes Luis Vieira Ferreira, e Rodrigues Soares, os aspirantes Albino Anjos Lopes e Cipriano das Dores Ricardo e primeiros-sargentos Agostinho Pina Gonçalves, Francisco dos Reis, Joaquim Moura Pedro, Victor da Cunha Luis, Amadeu Coelho da Silva e Mário Correia Ferreira.

Passam a poder receber visitas dos familiares mais próximos os seguintes detidos, que se encontravam, até agora, em situação de incomunicabilidade: major Varela Rubim, os capitães-tenentes Marques Pinto e Ferreira de Gouveia, os capitães Rodrigues de Andrade, Faria Paulino, Domingues Nunes Pereira, Raposo Pinela, António Várzea e Ribeiro Pessoa, o tenente Silva Godinho os alferes Teixeira Coelho, Lopes Ferreira, António da Silva Gomes, João Brito dos Santos, Belmiro Ferreira dos Santos, os aspirantes Cipriano; Dores Ricardo, Luis Noronha Botelho e Albino Anjos Lopes, o sargento ajudante Manuel Duarte, os primeiros sargentos Joaquim Abalroado, Prata Chinita, José Seriago, Joaquim Teodósio Correia Ferreira Pina Gonçalves, Manuel da Cunha Luis; sargento Godinho Rebocho, os furiéis Lages Guimarães e José Valinhas Nascimento; o primeiro-cabo António Oliveira Regateiro, o soldado António Alves Nunes; e os civis Armando Fernandes Cabrita, Victor Gonçalves Carrilho, Amaro Pereira da Costa, Anibal Martins Domingos, Carlos Silva Ferreira, Francisco José Romero e Viriato Fonseca de Sousa.

Entretanto e inesperadamente, o major Dinis de Almeida, o capitão António Várzea e o alferes miliciano João Manuel Pires Batista Esteves, detidos no estabelecimento prisional de Custóias, foram transferidos para a prisão-hospital de S. João de Deus, em Caxias.

CUSTÓIAS CAXIAS

— a mesma luta

Continuam presos, apesar de todas as arbitrariedades cometidas nas detenções a 25 de Novembro e do declarado descontentamento popular, militares revolucionários, que, como a classe trabalhadora, foram apanhados de surpresa por um golpe muito bem engendrado que visava o aniquilamento da esquerda em Portugal.

A burguesia vai avançando no seu plano da destruição das conquistas alcançadas pelos trabalhadores e consequente impedimento do reforço dos órgãos do Poder Popular.

Houve tantas ou tão poucas arbitrariedades, que o próprio Poder, foi obrigado a um mes depois das prisões e sem qualquer justificação, mandar sair em liberdade condicional, 17 militares. São eles: capitão Jerónimo de Deus Ferreira de Matos, alferes-milicianos Alexandre Manuel dos Santos Paiva, Edmundo Emílio Monte Ferro Marinho, António Manuel Rodrigues de Moraes, João Manuel Ferreira Branco, César Jorge de Moura Silvério, aspirantes-milicianos Fernando Paulo Mamede, Diamantino Pires, primeiro-sargento Amandio de Alegria Patacas, Orlando Octávio Baixinho, Renato da Silva Dias, furiel José Alfredo Costa Rodrigues e soldado Jorge Arnaldo da Conceição Gomes, Fernando Manuel Martins Rodrigues, António Manuel Cabaço Almeida, José Francisco

pela libertação de todos os outros...

Na noite de dia 24, vésperas de dia de Natal, preparava-se uma grande manifestação frente a Custóias.

Na própria tarde de dia 24, sem ninguém se aperceber e procurando criar a desmobilização e a confusão, foram transferidos alguns militares de Custóias para Caxias e todos os militares da Marinha que se encontravam no forte do Azeiro em Oeiras, foram também transferidos para a mesma prisão tendo ficado todos estes militares em celas (uns isolados e outros em pequenos grupos de tres ou quatro) ao lado de reconhecidos fascistas presos no 28 de Setembro e 11 de Março e numerosos pides.

A SITUAÇÃO EM CAXIAS

Assim que chegaram a Caxias os militares da Marinha, iniciaram uma greve de fome, mostrando o repúdio por estarem ao lado e receberem provocações dos fascistas e pides que lá se encontram, tendo sido acompanhados nessa greve por alguns militares que tinham vindo de Custóias. Terá sido uma luta descoordenada pela dificuldade de comunicações existentes mas mostrou bem a posição daqueles que não podem permitir serem tomados como contra-revolucionários ou inimigos do povo.

Mateus e Rui Manuel Severino Marques de Almeida.

Talvez se esperasse que os trabalhadores recebessem o «rebuçado» destas libertações e refreassem a sua luta

Dia 24 — Concentração

VIGILIA E DIA DE NATAL EM CAXIAS

Na noite de 24 houve a principio uma certa resistencia por parte dos Comandos (a maioria eram oficiais que tiraram as divisas e os galões para parecerem «honestos soldados») em permitir que as pessoas ali concentradas se manifestassem frente às celas. Pouco tempo depois, conseguiu-se a aproximação das celas e naquelas celas, havia de tudo... vimos os camaradas das Cooperativas (Torre Bela e Aveiras-de-Cima) alguns militares e pides!... (Homens e mulheres) que insultavam, que mandavam os manifestantes trabalhar! até houve lá um que gritou bem alto e várias vezes, «Morte ao Comunismo, viva Pinochet!», assim como se ouvia de vez em quando várias vozes gritando fanaticamente de dentro de uma das celas «Alpoim Calvão... Alpoim Calvão».

Simultaneamente os revolucionários presos, que identificaram as suas celas com bandeiras vermelhas (guardanapos, camisolas, etc.) gritavam cá para fora «A luta continua... «a vitória é certa» e iam dando a conhecer quem estava detido e onde se encontravam.

A maioria estava nas traseiras do edifício. Continuou a troca de palavras de ordem e o canto de «Internacional» até cerca das tres horas da manhã.

Dia 25, dia de Natal, houve nova concentração, junto à prisão de Caxias, desta vez, convocada pelos trabalhadores da C.U.F. do Barreiro, que assim deram o seu apoio aos militares e civis revolucionários presos, e mostraram pela palavra de ordem a disposição determinada de os ver de novo entre eles. Quando de dentro das grades se ouviu dizer que se não houvesse liberdade para todos rapidamente, entravam em greve da fome até à morte, imediatamente os operários presentes responderam «nos paralisamos a produção!... paralisamos a produção!» novamente se gritou «lutaremos até à vitória final!», e «O povo armado, jamais será esmagado!». Soube-se nesse dia que estavam presos mais civis no Forte de Caxias, como por exemplo Vítor Gomes de 20 anos, preso há tres meses (!) numa manifestação dos deficientes das Forças Armadas, acusado de posse de armas, e isolado numa cela, desde a sua prisão!

EM CUSTÓIAS

Também no Porto, junto à prisão de Custóias, se concentraram cerca de 5000 trabalhadores, a exigirem a libertação imediata dos camaradas militares presos. As palavras de ordem que lá se fizeram ouvir, pouco divergiram daquelas que foram ditas em Caxias. Também lá, se gritou «Operários, camponeses, soldados e marinheiros, unidos venceremos!», «Contra o fascismo, contra o capital, ofensiva popular», e também lá se cantou a «Internacional». Dentro da prisão, viu-se a GNR barricada com sacos de areia... talvez tivesse com medo da fúria popular... Depois de cerca de duas horas de concentração junto à prisão, os trabalhadores dirigiram-se para o Quartel General, onde exigiram a libertação imediata dos militares revolucionários presos, não sem antes terem sido ameaçados pela PM, de que ou dispersavam rapidamente dos muros de Custóias ou «teriam que tomar medidas».

Os trabalhadores da CUF do Barreiro já disseram bem alto ao que estão dispostos para a libertação dos militares presos, aquando da sua jornada de luta, dia de Natal; entretanto na Setenave, houve também uma jornada de luta terça-feira, dia 30 nos estabelecimentos. Os trabalhadores do J. Pimenta (que, como noticiámos no «Revolução» anterior, tem dois camaradas presos em Custóias), já aprovaram uma moção de apoio aos militares presos.

Os trabalhadores vão vendo prisões sucessivas, buscas e outras arbitrariedades (fecha-se o sindicato dos farmaceuticos pelas armas, aumentam-se os preços dos produtos base, suspendem-se contratos colectivos até Março de 1976) enfim, os trabalhadores vão-se apercebendo que pluralismo é sinónimo de fascismo, assim como vão sendo a burguesia a organizar as suas forças repressivas armadas.

Os trabalhadores, que sentem na carne o avanço de direita, as prisões arbitrárias, o aumento do custo de vida, devem, agora mais do que nunca responder com maior organização do que antes do 25 de Novembro, com maior firmeza. Para a libertação dos militares e civis revolucionários presos, não basta concentrações, por vezes desenquadradas de uma luta global, da luta da classe operária e dos oprimidos contra o inimigo histórico, contra a exploração destes homens.

Cooperadores denunciam falsa informação e a actuação da EPC

«Voces estão a prender os homens que trabalham. Porque é que não vão prender os gaios que não fazem nada e que andam por aí à boa vida?» — perguntou um dos 40 cooperadores da Torre-Bela ao militar da E.P.C. que, na sequência das buscas que esta unidade fez àquela Cooperativa, o interrogou em Santarém.

Uma vez que estavam «fartos de ser enganados», decidiram os trabalhadores da Torre-Bela dar uma conferência de imprensa na qual esteve presente o «Revolução», e a qual se destinou, nas palavras dos cooperadores, «a darmos o nosso parecer e dizermos o que é que se passou».

Assim, um dos cooperadores começou por realçar que «dizem que temos aqui diversas armas e até canhões sem recuo; admiramo-nos mesmo como é que alguns jornais dão estas notícias sem as confirmarem. Mas a verdade é que tudo quanto a E.P.C. encontrou cá foram 7 armas (6 caçadeiras registadas e uma antiga que já era cá da casa), uma Walther encontrada nos arbustos e uma garrafa de gasolina que consideraram ser um cocktail Molotov!»

E acrescentava a Tia Maria: «o meu marido só tem uma arma, que é aquela com que nasceu...»

Por outro lado, um outro cooperador desabafou desta forma: «a malta está já saturada disto, estamos saturados de todas estas mentiras. Afinal de que lado é que está a tropa de Santarém? Está do lado do povo? Nós não sabemos! É que eles andam a dizer que foram apanhadas setenta e tal armas...»

com efeito, era visível nos cooperadores e desconfiança que as buscas da E.P.C. haviam provocado. Habitados, depois do 25 de Abril, a ouvir dizer que a tropa, isto é, o M.F.A., estava com o povo, os camponeses da Torre-Bela só agora, quando sentiram directa e fisicamente a repressão feita pelos militares, se aperceberam que, afinal, nem toda a tropa estava e está com o povo...

Mas continuemos a ouvir o que os cooperadores afirmaram sobre os seus camaradas presos:

«Estão presos o Herculano (que era o homem da contabilidade que nenhum de nós está apto a substituir) — a política dele era o trabalho, pelo que não sabemos o motivo porque o prenderam e eles também não o dizem; o que nos disseram foi que ele tinha dinheiro a mais. Ora o dinheiro que ele tinha era o da Cooperativa que se destinava a pagar os salários, bem como uma festa que tínhamos em vista fazer por ocasião do Natal e ainda para pagar o consento de um tractor que está na oficina.

«Também estão presos o Wilson, o João Filipe, o José Carlos Conceição Rodrigues e o Camilo Mortágua, mas nada sabemos deles».

Os cooperadores denunciaram também «Os jornalistas que não se informam junto dos trabalhadores» e que dão crédito às informações inconfir-madas que obtem junto das entidades oficiais.

AUMENTA A PRODUÇÃO

«No tempo dos duques haviam oito empregados a trabalhar; não se semeava nada há já quinze anos — plantavam-se eucaliptos todos os anos e tomava-se conta de umas vinhasitas.

Além disto, tinham que andar a comprar palha para o gado porque, embora esta herdade tenha 7500 hectares de boa terra, não tinham cá palha nenhuma! Morreram 17 vacas que não eram tratadas e não tinham leite: os animalinhos começavam a comer pequenichinhos (aos 15 dias), ficavam enfezinhadinhos e morriam.

Ao contrário do que se diz, temos estado a produzir: cultivámos 300 ha de trigo, 80 de aveia, 70 de cevada, 20 sacas de favas e 20 000 pés de couves. E se não tivessem cá vindo as Forças Armadas de Santarém, tínhamos semeado muito mais, já que durante uma semana uns estavam em interrogatórios, outros ainda estão presos e o resto do pessoal andou por aí a tremer, com medo que cá viessem deitar bombas.»

A BRUTALIDADE DAS BUSCAS

Um outro assunto que os cooperadores descreveram minuciosamente foi o modo como os militares da E.P.C. fizeram as buscas na Torre-Bela. Ouçamos um dos relatos:

«Estava deitado em minha casa com a minha mulher e a minha filha; ouvimos trabalhar um carro e, depois chegam lá à porta e mandam duas sapatas valentes. Um deles diz: «Sai daí para fora», e encosta-me à parede, a mim e à minha mulher, que estava praticamente nua, pois só tinha uma camisa de dormir; também a minha filha, que tem 12 anos, esteve descalça durante 45 minutos, em cima de uma camada de geada».

E os diversos cooperadores alongaram-se durante bastante tempo na descrição do modo em que haviam sido feitas as buscas.

Para quem, como nós, teve a oportunidade de observar o trabalho que estes camponeses tem feito naquilo que, ainda há bem pouco tempo (a ocupação foi feita em 23 de Abril de 1975) era uma das coutadas em que a alta burguesia se divertia caçando, não restam dúvidas que os camponeses tem razão de sobra para se encontrarem estupefactos pelo comportamento que a tropa teve para com eles.

Com efeito, se os militares estão com o povo, como é possível que reprimam esse mesmo povo? E mesmo que o objectivo seja a procura de armas, já alguma vez vimos o actual poder à procura das armas que adireita tem?

O trabalho que os camponeses da Torre-Bela estão a fazer (arroteamento e culturação de excelentes terras que eram apenas mato, além de tratarem das vacas e de um rebanho de mais de 120 cabras) constitui bem um dos exemplos do que foi e terá de continuar a ser a capacidade de trabalho e de criação de homens e mulheres que, tendo sido toda a sua vida

explorados na terra, sentiram que algo de novo estava acontecendo em Portugal no campo da luta de classes. Foi assim que a Torre-Bela foi ocupada, e é por isto que os cooperadores a

sentem como sua, embora estejam abertos e desejem que, o mais depressa possível, se possa intensificar a cooperação no trabalho com os restantes camponeses da região.

P. R. P.

PLENÁRIO NACIONAL DE RESPONSÁVEIS

Rever a táctica,

O Plenário Nacional dos responsáveis do P.R.P., reunido nos dias 20 e 21 do Barreiro, considera e aponta como linhas gerais de orientação:

1. O 25 de Novembro constitui um importante revés para o movimento operário e revolucionário, pela eliminação quase total de uma componente sua aliada — o sector progressista das Forças Armadas.

As deficiências de organização no seio dos trabalhadores, traduzidas numa existência pouco generalizada de um real poder Popular, uma direcção política revolucionária sem a força necessária, uma certa demissão pelos trabalhadores e soldados delegando em alguns oficiais, a não previsão do grau de tração atingido pela direcção do PCP, a incompreensão nalgumas unidades militares progressistas do que deve ser a disciplina revolucionária, foram alguns dos factores que possibilitaram o golpe reaccionário do 25 de Novembro.

Um dos objectivos deste golpe reaccionário, com a cumplicidade criminoso do reformismo, era destruir a esquerda revolucionária civil e militar. E foi porque esta esquerda revolucionária (na qual o P.R.P. tem desempenhado um papel, que não renega e do qual não abdica) não caiu na armadilha sem contudo, trair trabalhadores e oficiais revolucionários, que o golpe urdido não surgiu o efeito desejado pelos seus autores e cúmplices. A esquerda revolucionária não foi esmagada e a cumplicidade traidora do reformismo não encontrou capa. Deste modo se salvaguardaram duas premissas fundamentais ao prosseguimento do processo revolucionário: a conservação das organizações políticas revolucionárias e a clarificação das posições políticas das organizações empenhadas no processo.

São estas duas premissas que, a par do reconhecimento dos erros cometidos e da recatada dos respectivos ensinamentos nos respectivos que nada está definitivamente perdido. O VI (ou o VII) Governo Provisório terá a marca de uma grande contradição: a de constituir um poder social-democrata assente num poder militar neo-fascista. E por isso que o equilíbrio conseguido é instável e será tanto mais instável quanto a luta de classes avança e o confronto se aproxima.

Conseguir aguentar tanto quanto possível, a situação económica até à realização

das eleições legislativas é hoje um grande objectivo da burguesia. Esse adiamento da crise permitiria a criação pacífica de um novo aparelho repressivo do Estado capitalista que seria depois «legalizado» pelos resultados das eleições burguesas. O golpe é bem urdido, e é ele terão as massas trabalhadoras de responder desde já, não permitindo que sejam eles, trabalhadores, a pagar o custo do «arranjo» da economia capitalista.

2. O plenário do Partido aprovou por unanimidade que a Insurreição Armada — já exposto às massas trabalhadoras no último manifesto do P.R.P. — é a única possibilidade de triunfo da Revolução socialista e consequentemente a única saída realista para milhões de trabalhadores deste país.

Perante as contradições económicas, sociais e políticas que a situação actual contém, a tentativa de estabilização dos sistema capitalista não se poderá realizar, a não ser através de uma repressão violenta e progressiva para reestruturar o aparelho político e económico da burguesia.

O afrontamento que até agora só se deu abertamente com uma das componentes da Insurreição — os militares revolucionários e os soldados — tenderá a generalizar-se em forma de maneira velada até atingir brutalmente a sua componente principal que são as massas trabalhadoras e todos os revolucionários organizados.

Perante a catástrofe que a todos parece eminente, a Insurreição Armada vai pôr-se mais do que nunca a partir dos problemas concretos das massas trabalhadoras, que das suas lutas reivindicativas serão levadas a pôr a questão do Poder, afrontando-se assim com o novo aparelho repressivo da burguesia.

Por isso impõe-se desde já impedir a preparação do aparelho repressivo militar e policial, assim como todo o avanço da repressão organizada que deve ser implacavelmente combatido, e estruturando e alargando uma vanguarda capaz de impedir tal avanço, batendo-se nesses confrontos parciais antes do combate decisivo da classe.

Se a aproximação do afrontamento conduz as massas a um sentimento da inevitabilidade da derrota, é necessário que aqui, a vanguarda organizada assuma um papel funda-

mental, que é o do exemplo, abrindo novos espaços de luta às massas trabalhadoras.

Esta situação impõe às massas trabalhadoras uma saída violenta, que só poderá ser victoriosa se desde já se criam os aparelhos orgânicos para que os militantes que aparecem nas lutas se assumam com o vanguarda e se organizem, ao mesmo tempo que largas massas de trabalhadores que se movimentam nessas mesmas lutas se estruturam para impôr um novo poder revolucionário.

3. O P.R.P. considera urgente unir a classe e os revolucionários não apenas para resistir à ofensiva burguesa e reaccionária mas também para avançar no sentido da Revolução socialista.

O P.R.P. considera a unidade de direcção fundamental da luta a travar. Luta a vários níveis e que contribua de modo decisivo para a unificação da classe e da vanguarda.

A nível da unidade entre partidos, o P.R.P. considera importante manter a F.U.R., que perde em siglas partidárias, mas ganha em coesão ideológica e prática. Uma F.U.R. que contribua para um combate conjunto antifascista e anticapitalista.

Uma outra forma importante de unidade é a que assenta entre militantes de base com e sem partido. Aqui, o P.R.P. luta por uma ampla unidade que reúna em comités unitários militantes operários desde as bases do P.S., passando pelas bases do P.C., por militantes sem partido e indo até aos camaradas de orientação maísta. Esta é uma unidade de vanguarda em torno de objectivos concretos e imediatos — defesa das conquistas alcançadas pela classe operária e pelas massas trabalhadoras, luta contra a exploração capitalista.

Foi considerada fundamental a unidade da classe assente nos locais de trabalho e que tem como objectivo último a tomada e o exercício do poder pela classe operária e pelas massas trabalhadoras. Esta forma superior de unidade da classe, acima dos partidos, é aquela vinculada pelos Conselhos Revolucionários.

4. A análise acerca dos órgãos de poder popular, confirmou a progressiva instrumentalização partidária a que foram submetidos e a consequente desmobilização popular a que isso deu origem.

Face à actual situação política e económica e social e à re-

GREVE DOS LIVREIROS

NECESSIDADE DE MAIOR ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO

A luta dos trabalhadores do sector de Editores e Livreiros, apesar das contradições que a envolveram, revelou-se de aspectos importantes que convém ressaltar. Desenvolvida num período de claro avanço das forças de direita, veio mais uma vez mostrar que a burguesia

está disposta a recorrer aos métodos de terrorismo fascista para recuperar ou manter os seus privilégios, veio mostrar as ambiguidades de que se reveste o actual Poder, que em Lisboa negocia, e no Porto reprime violentamente os trabalhadores em luta.

85 por cento, tendo-se solidarizado inclusivamente, os trabalhadores de empresas que tinham já o Contrato Colectivo em aplicação.

O Ministério do Trabalho, que até à greve tinha mantido uma posição de total silêncio, perante a determinação dos trabalhadores, viu-se obrigado a tomar efectivamente uma posição. No dia 17 publica uma nota em que convida a entidade patronal a cumprir o C.C.T., excepto nas cláusulas que se referem às dotações mínimas, diuturnidades, promoções automáticas, e retroactivos.

O Ministério justifica-se com a falta de dados de análise, provenientes da entidade patronal do sector. Esta foi a saída que o Ministério conseguiu com o intuito de acalmar os ânimos dos trabalhadores, sem contudo ir contra os interesses dos patrões. É a posição dos sociais-democratas que deitam água na fervura na luta de classes.

A BURGUESIA RESPONDE À MANEIRA FASCISTA

Pensamos que todas as lutas dos trabalhadores contra o patronato são importantes passos na luta geral dos explorados contra os exploradores. De todas as lutas se tiram lições; elas servem para elevar a consciencia de classe e o seu nível de organização.

A luta dos trabalhadores do sector de Editores e Livreiros, teve a vantagem de mostrar aos trabalhadores portugueses como os sociais-democratas no Poder não tem muitas vezes a capacidade de impor as suas directivas porque para ascenderem ao Poder, se viram obrigados a rodar-se de fascistas que lhes fogem ao controlo. É exemplo disto, a repressão levada a cabo pela P.S.P. do Porto sobre os trabalhadores em luta. A pedido da fascista, proprietária da empresa «Lello e irmão», ex-deputada da A.N.P., a P.S.P. atacou os trabalhadores nos piquetes de greve. Isto levou os trabalhadores do sector a dirigirem-se ao Governo Civil onde o Vice-Governador afirmou que desconhecia a acção da policia. Esta atacou ainda os trabalhadores quando estes se dirigiram em massa para o Governo Civil. Não é por acaso que isto acontece no Norte do País onde a direita rem mais força, e a burguesia sabe que há que impedir qualquer avanço dos trabalhadores no sentido da sua organização.

De qualquer maneira, uma coisa é certa: quanto maior for a repressão a que os trabalhadores estiverem sujeitos, mais forte e decisiva será a resposta que estes darão aos seus exploradores.

rever a organização

pressão que se exerce sobre os trabalhadores, agravamento do custo de vida e do desemprego, congelamento de salários, tentativas de desalojamento de operários de fábricas, de camponeses de terras, e de moradores de casas ocupadas, a prisão de militares, etc., os Conselhos Revolucionários, as Comissões de Trabalhadores, as Comissões de Moradores, as Cooperativas e os Conselhos de Aldeia, assim como as organizações unitárias de soldados são as formas de organização popular mais adequada para a luta contra a repressão policial e capitalista.

Por outro lado, e em ligação com o poder popular, deve ser estimulada a organização de assalariados rurais e de camponeses pobres, principais vítimas do regime fascista e dos vários Governos de colaboração de classe que lhe sucederam. Se por um lado este trabalho pode ser facilitado pela identidade de classe do proletariado agrícola e do proletariado fabril, a aliança com os camponeses pobres de Norte e Centro é tanto mais difícil quanto ela é necessária e urgente. Num caso como noutro

é em torno de objectivos concretos de luta — a comercialização de produtos agrícolas, o apoio técnico, a ajuda sob forma de alfaias, adubos, rações, etc., — que ela terá que ser levada a cabo.

Entende o P.R.P. que a tarefa fundamental a imediata dos militantes revolucionários estimular a criação, desenvolvimento e coordenação dos órgãos de poder popular para defesa e avanço das conquistas por estes obtidas.

5. Após o 25 de Novembro, mas unidades e estabelecimentos militares uma onde feroz de repressão abateu-se sobre os militares progressistas e soldados (com prisões, saneamentos, licenciamentos, transferências de unidade, dissolução dos órgãos democráticos dos soldados), tudo isto enquadrado nas tentativas de esmagamento das forças progressistas e revolucionárias e da reconstrução do exército burguês. Mas novas lutas se avizinhavam nas unidades e os militantes revolucionários têm de se empenhar ali lutando pela imposição de uma vida democrática, pela melhoria das condições de vida dos soldados, e pelo seu esclarecimento

político, opondo à informação burguesa uma contra-informação dos trabalhadores fardados, avançando formas unitárias de organização clandestina que permitam uma estreita ligação entre os soldados e marinheiros e os trabalhadores no sentido do reforço da unidade de classe e do armamento para a Insurreição Armada.

5. Tendo o plenário considerado também o grande crescimento do partido que se tem vindo a processar nos últimos meses e a responsabilidade histórica que sobre ele recai na actual fase do processo revolucionário aprovou transformações orgânicas de modo a poder responder adequadamente às tarefas que se lhe vão colocar como partido de vanguarda no processo revolucionário.

Considerou-se a necessidade de impôr uma forte disciplina revolucionária no interior do partido, uma estrutura que garanta uma grande operatividade na intervenção política, estrutura determinante pelos trabalhadores nos seus órgãos de decisão e uma profunda democracia descentralizada, a par de uma forte coesão ideológica.

Os trabalhadores do "República" querem negociar com a antiga administração

Os trabalhadores do jornal República decidiram negociar com a antiga administração. Tal é o conteúdo dumha proposta aprovada no plenário de 29 de Dezembro que vem na sequência da crise criada pela demissão do director e da comissão administrativa militar pelo Conselho da Revolução. Os trabalhadores tinham já decidido suspender a saída do jornal, em 23 de Dezembro, para evitar uma situação ilegal.

A proposta aprovada admite as negociações com a antiga administração que pensam vir a ser feitas através de ministro Almeida Santos, ou mesmo directamente. No seu último ponto, a proposta especifica que os trabalhadores devem lutar (nas negociações) pelas suas conquistas «na medida do possível».

Embora a percentagem de votos a favor da proposta fosse maioritária, houve uma boa parte dos trabalhadores que votou contra, considerando muitos que a resolução tomada era não só uma traição a toda a luta que tinham travado mas também a todos os trabalhadores (a quem serviram de exemplo) dentro e fora do país.

PELA APLICAÇÃO DO CONTRATO COLECTIVO DE TRABALHO

Num plenário realizado dia 12 de Dezembro, os trabalhadores do sector decidiram as formas de luta a travar pela aplicação do C.C.T. cujos principais pontos eram o aumento salarial e a semana de trabalho de 45 horas.

A entidade patronal não aceitou as exigencias dos trabalhadores, enquanto o Ministério do Trabalho tinha mantido até aí um silêncio total, face ao problema, apesar do C.C.T. ter sido anteriormente publicado no boletim do mesmo Ministério. Perante o que se ia passando, os trabalhadores elegeram um Comité de Luta que conduziria uma greve de 3 dias a começar dia 15. Como durante esses tres dias a situação se manteve inalterável, por parte do patronato, os trabalhadores num plenário realizado findo esse prazo, decidiram continuar a greve por um período de tempo ilimitado até ao cumprimento do C.C.T.

A experiencia colhida durante os tres dias de greve mostrou aos trabalhadores a necessidade de uma maior organização e coordenação da luta. Posteriormente, foi decidida a ocupação das empresas, durante a qual seriam efectuadas discussões continuas sobre os objectivos da luta e as formas de que esta se deveria revestir; foi também decidido criar piquetes de vigilância nocturna a fim de se impedir actos de sabotagem por parte das entidades patronais.

OS TRABALHADORES ORGANIZAM-SE

Foi grande a adesão à greve por parte dos trabalhadores. Em Lisboa, foi de 95 por cento, não tendo aderido a Agencia Portuguesa de Revistas e a editorial «Verbo», onde o único trabalhador a aderir foi já ameaçado de despedimento. Solidarizaram-se ainda com esta luta os trabalhadores das empresas distribuidoras dos jornais diários «A Luta», o «Dia», e o «Jornal Novo» (Grave prejuizo para a burguesia, a não saída para a provincia dos seus 3 mais importantes porta-vozes).

No Porto, num plenário realizado dia 16, os trabalhadores do sector decidiram aderir à luta dos seus camaradas de Lisboa e doutros pontos do país. A greve teve uma adesão de

AS GRANDES LUTAS DOS TRABALHADORES EM 1975



SIDERURGIA

Na sequência de terem sido entregues aos directores-engenheiros envelopes mistério (surdas) e de os operários terem dado um prazo àqueles para a devolução que não foi cumprido, os operários retiraram o controlo das mãos dos engenheiros passando-o para as suas.

HOTEL ROCAMAR ALBUFEIRA (ALGARVE)

Ocupação e expulsão da gerência. Tomam o controlo do hotel.
Luta contra o desemprego.

JORNAL DE NOTÍCIAS (PORTO)

Luta iniciada em fins de Dezembro, prosseguiu com a elaboração de um caderno reivindicativo.
Principal ponto que motivou os trabalhadores contra a censura interna, pela liberdade de expressão dentro do jornal.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Despedimento de 311 trabalhadores que prestavam serviço na C.M.L., mas que pertenciam à Sociedade de Construções Valura. Negociações entre o Sindicato dos Contínuos, e Ministério do Trabalho e a C.M.L. a nada levam.

IEFL (GONDOMAR)

Fábrica de móveis de Gondomar, a sua luta desenrolou-se pelo despedimento de um trabalhador que veio a ser readmitido pela solidariedade os seus camaradas.

Devido à falta de pagamento dos salários de 13.º mês, e de outras arbitrariedades cometidas pelo patronato, os trabalhadores decidiram em assembleia geral ocupar as instalações e expulsar o patronato.

PESCADORES DA PÓVOA DO VARZIM E DE VILA DO CONDE

1000 TRABALHADORES EM GREVE DURANTE 13 DIAS:

Reivindicações: pagamento das 2.ª feiras que ficam em terra. 2 kg. de pescado para cada um; direito de escolher escrivão para fazer as

contas do barco; dispensa de mandar as mulheres à praia (de graça) para ajudar; 1 h. de intervalo para comer no barco; férias; subsídio para os dias que não vão ao mar por motivo do tempo ou de avaria no barco; legislação das condições do despedimento.

MADEIRA IMPEX

Nesta empresa, agente da Volkswagen e da Mercedes na Ilha da Madeira, o processo desenrolou-se com o despedimento de três trabalhadores.

Prosseguiu com a entrega ao patrão de um caderno reivindicativo, cujos pontos fundamentais eram — readmissão dos trabalhadores despedidos; pagamento dos aumentos atrasados; equipamento para o pessoal; horário igual para todos.

PLESSEY

Os trabalhadores manifestam-se na Praça de Londres frente ao Ministério do Trabalho contra a ameaça de despedimento colectivo. Envolve cerca de 400 trabalhadores.

GRÃO-PARÁ

Grupo empresarial com cerca de 7 empresas (MATUR, INTERHOTEL, ORLANO, ROTA DO ATLÂNTICO, EDEC, AUTODRIL, COMPORTUR). Emprega cerca de 1.300 trabalhadores. Contra a sabotagem económica do patronato, os trabalhadores tomam nas suas mãos a gestão das empresas.

JOÃO ANTÓNIO NINA DUARTE

Motivados pela falta de cumprimento do patronato relativamente ao pagamento de salários, 13.º mês, subsídio de férias do ano anterior, os trabalhadores ocuparam as instalações e expulsaram o patronato.

OCUPAÇÃO DE TERRAS

ALCÁCER DO SAL

Ocupação da Quinta da Quintinha.
Esta propriedade há três anos que não era cultivada, tendo a ocupação sido levada a efeito por 90 dos antigos rendeiros.



PESCADORES DE OLHÃO

A luta por melhores condições de vida motivou a greve geral. Reivindicações: salário mínimo nacional; 1 mês de férias; 13.º mês; seguro de vida.

GEL-MAR

Os trabalhadores resolveram em assembleia geral de trabalhadores levar a efeito medidas efectivas de saneamento abrangendo todos os artigos fascistas.

Aderiram a este movimento todos os trabalhadores menos os de escritório.

EFACEC-INEL

Os trabalhadores desta empresa convocaram uma manifestação, para o dia 7 de Fevereiro contra os despedimentos. Aderiram trabalhadores de outras fábricas e empresas.

ITT-RABOR

No fim de Janeiro a Comissão de Iniciativa dos Trabalhadores da fábrica de Ovar (30 elementos) divulgou as conclusões de um relatório acerca da má gerência da empresa desde que ela foi adquirida pela ITT.

No dia 7 de Fevereiro, e na sequência de declarações feitas por um administrador a um jornal os trabalhadores, (cerca de 550), em plenário, decidiram ocupar a fábrica para evitar a entrada dos administradores e pedir ao Governo intervenção imediata e nacionalização da ITT-RABOR.

BLOLACTA-FÁBRICA DE YOGURTE BOM-DIA

Os trabalhadores ocuparam a fábrica no dia 13/2 como forma de luta contra o patrão. Reivindicam o ordenado mínimo estipulado no CCT, e contra as manobras divisionistas da classe.

Exigem o controle da fábrica.

OCUPAÇÃO DE CASAS

MORADORES DA BOUÇA

Numa assembleia geral de moradores, em Nov. de 74 foi eleita uma Comissão de Moradores Provisória (8 elementos). Em 8 de Fevereiro em Assembleia Geral de Moradores (cerca de 170) abordaram o caso da ocupação de prédios desabitados há mais de 10 anos.

Decidiu-se por unanimidade ocupar as casas.

A Comissão de Moradores edita um jornal chamado «Alerta» que divulga a luta e o problema em sociedade capitalista.

AS GRANDES LUTAS DOS TRABALHADORES EM 1975



OCUPAÇÃO DE TERRAS

VALDÁGUA

40 trabalhadores no desemprego criaram um Comissão de Melhoramentos, e ocuparam um latifúndio conhecido por Vale de Ouros de Cima. A Comissão de Melhoramentos projectou construir uma estrada para a aldeia instalar luz, água e telefone.

QUEBRADAS

Ocupação da Quinta do Carrascal levada a cabo pelos antigos rendeiros, que da quinta tinham sido expulsos em 1970.

Em assembleia os ocupantes decidem que «a terra é nossa. Foi reconquistada por todos. Por isso temos que ser todos a trabalhá-la igualmente. Temos que criar uma cooperativa de maneira que todos tenham os mesmos direitos e as mesmas regalias».

ALCOENTRE

A Quinta da Ferraria pertencente à família do duque de Lafões foi ocupada. Estas terras há anos que não eram cultivadas. Logo a seguir à ocupação os trabalhadores começam a planear a organização de uma cooperativa de ocupantes.



SPORTING CLUBE DE CASCAIS OCUPADO POR MORADORES DE CASCAIS

O Sporting Clube de Cascais (Parada) foi ocupado por moradores do Concelho de Cascais. Assim esta casa que era dum clube onde só os senhores da alta burguesia de Cascais podiam entrar, foi posta ao serviço dos trabalhadores como Infantário Popular.

EUROFIL

Depois de um processo reivindicativo, os operários ocuparam as instalações e expulsaram o patronato contra a sabotagem económica.

EDUARDO PEREIRA PINTO E FILHOS

Cerca de 130 trabalhadores ocupam as instalações, expulsam o patronato contra a sabotagem económica.

SORETRI — PORTO

120 trabalhadores entram em greve por melhores condições de vida e reintegração de um trabalhador despedido.

— Produção de artigos decorativos.

VEGAS, MARTINS E FREITAS

Recauchutagem, com cerca de 40 trabalhadores é ocupada pelos trabalhadores — contra o desemprego e expulsaram o patrão.

SOUSABREU — GUIMARÃES

Fábrica de têxteis, ocupada durante 5 meses pelos trabalhadores — resultados — aumento da produção, duplicação do salário.

OCUPAÇÃO DE TERRAS

CASEBRES

Os trabalhadores rurais decidiram ocupar a herdade da Ordem, subaproveitada ou totalmente inaproveitada no concelho de Alcácer do Sal. Os ocupantes organizaram-se em cooperativa dela fazendo parte 70 cooperantes.



COLÉGIO BROTERO

17 trabalhadores exigem o cumprimento integral do CCT, saneamento de um administrador e legalização do colégio.

Pediram reunião com o Ministério do Trabalho na qual ficou decidido que o Ministério do Trabalho e os sindicatos fariam uma sindicância ao colégio.

PARCERIA A.M. PEREIRA

Os trabalhadores da livraria Parceria A. M. Pereira decidiram em plenário a ocupação das instalações e expulsão do patronato contra a ameaça do desemprego.

EMPRESA METALÚRGICA DE CASTELO BRANCO

150 trabalhadores entram em greve motivada pela falta de pagamento dos salários.

TÊXTILFER

Instalações ocupadas, expulsão do patronato — contra o desemprego.

ROLSOL — CONFECÇÕES E EXPORTAÇÕES LDA

A luta inicia-se em Dez. de 74 com o não pagamento do subsídio de Natal.

Em Abril ocupam as instalações e decidem em plenário eleger uma comissão de gestão.

SOCIEDADE DE PARAFUSOS FLORESCENTE

Os trabalhadores ocupam as instalações e expulsam o patronato contra a ameaça do desemprego.

CARLOS DUNKEL E FILHOS

Os trabalhadores da empresa de importações e comercialização de máquinas de escritório, ocuparam as instalações expulsando o patronato como forma de luta contra o desemprego.

Decidem a formação de uma Cooperativa — COOPMAQUE.



QUÍMICOS DO NORTE

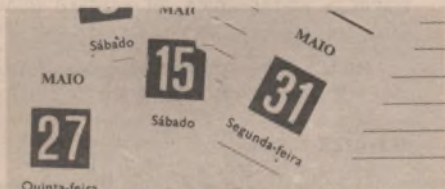
5 de Maio — 15 000 trabalhadores, abrangendo cerca de 110 empresas, entram em Greve. Greve aprovada em plenário de delegados das C. Sindicais de Operários. — Motivo — Rompimento das negociações por parte do patronato.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO

Entram em greve cerca de 3 500 trabalhadores em quase todos os municípios do Norte.

Motivo — contra o congelamento de salários sectoriais decretado pelo Ministério da Administração Interna (Magalhães Mota).

AS GRANDES LUTAS DOS TRABALHADORES EM 1975



INDÚSTRIA HOTELEIRA

50 000 trabalhadores da indústria hoteleira entram em greve nacional;

Motivo — falta de cumprimento da entidade patronal, do acordo já assinado.

TRANSUL

Cerca de 759 trabalhadores estão em luta pela melhoria dos transportes públicos.

Decidiram a ocupação das instalações e expulsão do patronato.

CACILHEIROS SOC. MARÍTIMA TRANSPORTES

Ocupação e expulsão da gerência. Controle por parte dos trabalhadores.

RL

Os trabalhadores decidiram a ocupação e gestão da empresa.

PAPELARIA FERNANDES

Fim da greve de 1 300 trabalhadores por ter sido aceite o caderno reivindicativo.

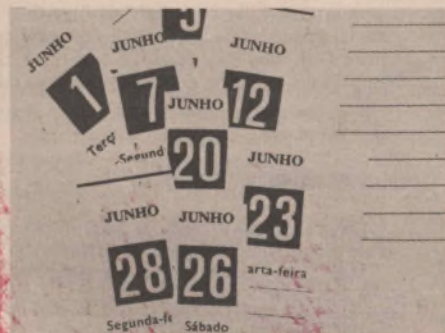
TEATRO LAURA ALVES

Os trabalhadores ocupam e gerem a empresa.

OCUPAÇÃO DE TERRAS

VIANA DO ALENTEJO

Pantouja, casa velha, Montesa, Laranjo, Ferreiro, Capela, Vinagra, enfim, todas as quintas que até ali eram exploradas pelo engenheiro Capas e Sousa (que no 11 de Março tinha tentado fugir com 18 000 contos escondidos nos pneus do carro!) foram «recuperadas» pelos camponeses que nelas trabalhavam. Recuperadas foram também todas as alfaias; o gado (ovelhas, mais de 100 vacas, 45 novilhos).



ALFREDO GONÇALVES SILVA

Esta empresa foi ocupada pelos trabalhadores e o motivo desta ocupação foi a aprovação do caderno reivindicativo.

SOFL SOCIEDADE DE FIAÇÃO DE VIZELA ST.º TIRSO

Os trabalhadores decidiram a ocupação das instalações e expulsão do patronato contra a sabotagem económica.

FÁBRICA DE TECIDOS LIONESA LEÇA DO BALIO (PORTO)

1200 trabalhadores paralizaram o trabalho e avançaram com a ocupação por melhores condições de vida.

PESCADORES DE SARDINHA MATOSINHOS

Os pescadores entram em greve até a entidade patronal negociar as reivindicações.

FACAR FÁBRICA NACIONAL DE TUBOS PLÁSTICOS E METALOMECÂNICOS LEÇA DE PALMEIRA

Os trabalhadores decidiram a ocupação das instalações e expulsão do patrão contra a sabotagem económica.

RÁDIO RENASCENÇA

Os trabalhadores desta rádio ocupam e expulsam o patronato, e põem-na ao serviço da classe operária. Assim desenvolveu-se uma grande solidariedade operária.

TLP

Os 4 500 trabalhadores desta empresa entram em greve geral pela satisfação do caderno reivindicativo. Em seguida fazem uma manifestação contra as manobras da administração acabando em solidariedade com os trabalhadores da R.R.

OFICINAS GERAIS MATERIAL AERONÁUTICO ALVERCA

Greve geral para satisfação da tabela salarial.

TINTURARIAS E LAVANDARIAS

Greve geral por melhores condições de vida. Reivindicações: salário mínimo; controlo das empresas pelos trabalhadores; 1 litro de leite para todos os trabalhadores que lidem com produtos tóxicos.

ESTIVADORES DE LISBOA

Greve de algumas horas, de repúdio por um

programa da Intersindical, Alavanca, o qual acusava um director do seu sindicato de fascista.

ESCRITÓRIOS—SECÇÃO DE VINHOS (PORTO)

Greve no Norte do País, motivada pela interrupção das negociações pela entidade patronal.

VILAR (ALGARVE)

Os trabalhadores ocupam as instalações e expulsam o patronato, contra as manobras e sabotagens, pelo aumento dos postos de trabalho.

OCUPAÇÃO DE TERRAS

ALCOENTRE

Ocupada a Quinta da Ameixoeira por camponeses que tinham promovido a ocupação da Quinta da Ferraria. Os camponeses da Ferraria verificando que esta quinta era demasiado pequena para o número de sócios que a cooperativa já tinha, e como a Ameixoeira estava por cultivar, decidiram ocupá-la.

DISTRITO DE ÉVORA

Desde princípios de Janeiro até meados de Junho foram ocupadas pelos trabalhadores, neste distrito, 21 herdades, num total de cerca de 14 050 hectares.

COUÇO (CORUCHE)

Cerca de 2000 trabalhadores rurais ocuparam várias herdades pertencentes a vários agrários da região. A primeira herdade ocupada foi a do Engal com mais de mil hectares. Seguiram-se-lhe o Monto do Couço com 800 hectares, o Esparteiro com 500 hectares, Faias com 400 hectares, Águas Belas com 500, Aldeia Velha com 1000 e Peso com 1400.



REPÚBLICA

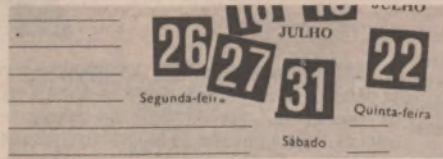
Ocupação e expulsão do patronato. Sai o primeiro número sob a responsabilidade dos trabalhadores.

Motivo — contra o controle ideológico do P.S. Pela informação ao serviço dos trabalhadores.

TAP

5000 trabalhadores entram em greve para pressionar o Governo a assinar a sua proposta.

AS GRANDES LUTAS DOS TRABALHADORES EM 1975



Os trabalhadores acabam por ceder, ficando os salários impostos pelo Governo.

GREVE NO MAR

Os trabalhadores da Companhia Nacional de Navegação entraram em greve por melhores condições de vida.

ULMAR (LEIRIA)

Os trabalhadores dos supermercados Ulmar ocupam as instalações e expulsam o patronato como forma de luta contra o desemprego.

SERRAÇÃO JOAQUIM FORTE

O cupação das instalações pelos trabalhadores contra a sabotagem económica e pelo direito ao trabalho.

JACINTO RAMOS E IRMÃO

Ocupação das instalações e expulsão do patronato pelos trabalhadores, contra a sabotagem económica, contra o desemprego de 160 trabalhadores.

MANUEL PAULO BERNARDES

Os trabalhadores da construção civil desta firma de Torres Vedras, suspenderam a entidade patronal e ocupando a empresa mantém o normal funcionamento da mesma.

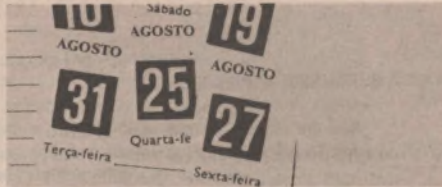
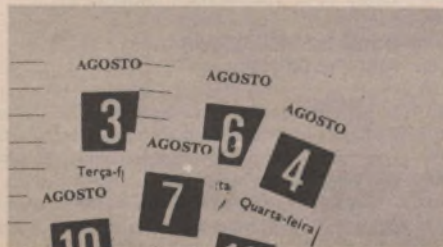
Ocupação de Terras

VILA NOVA DA BARONIA

Ocupada a herdade de Rio Seco de Charepe. A área da herdade é de cerca de 1500 hectares. Os ocupantes conseguiram também recuperar 4 tractores, uma ceifeira debulhadora e material agrícola diverso.

BEJA

Ocupada a herdade da Diabrónia. Esta herdade com cerca de 700 hectares pertencia a Luís Freire de Andrade o qual ao vender um núcleo de 40 cabeças de gado «devon», único no País, não deixando qualquer gado na herdade, colocando-a em regime de subaproveitamento. O agrário fugiu com todo o dinheiro para Espanha.



LATRIX — FÁBRICA DE CONFECÇÕES

Os trabalhadores manifestam-se contra o despedimento colectivo a que ficaram sujeitas por decisão arbitrária do patrão americano e sem ordenado, sem subsidio e sem férias.

SOFORMEL

Luta dos trabalhadores contra o patronato, «fim à repressão patronal», «pelo controlo operário».

JOSÉ AFONSO VILAR, JR. Jr.

Empresa ligada ao Cine-Teatro São José (Cascais), estabelecimentos Botinha Azul, Frigoríficos São José e Barca.

MARCONI

Os trabalhadores incentivam a sua luta, entrando num processo de greve progressiva a fim de imporem as suas reivindicações, salários, horários, etc.



CONSORCIO SOMAFEL BOLIN-DELV

Cerca de 1500 trabalhadores lutam contra o desemprego. A greve decidida pelos trabalhadores não chegou a realizar-se por a ameaça de despedimento colectivo não se ter concretizado.

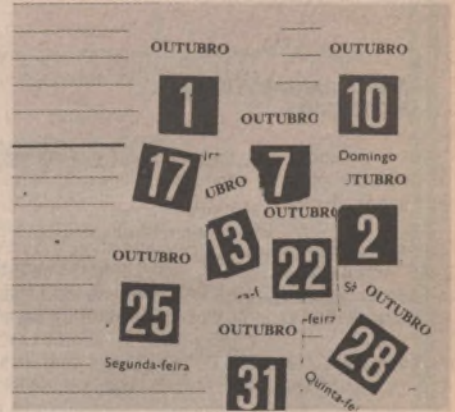
CIDELCOR — COMÉRCIO INTERNACIONAL E DECORAÇÕES LDA Lda

Os trabalhadores ocuparam as instalações da firma em virtude do não pagamento dos salários e reivindicando o controlo das receitas pelos trabalhadores.

PROENÇA-A-NOVA

Em consequência da ocupação do colégio daquela vila, os trabalhadores avançaram para formas organizativas.

Das 130 aldeias do concelho, existem 60 com conselhos de aldeia.



SANIMAR

É formada uma Comissão de luta que orientará a vigilância a manter em todas as instalações da empresa no sentido de o seu património se manter incólume e são suspensos os procuradores que haviam sido nomeados pelo antigo administrador, fugido para o Brasil.

CINTIDIAL

Boicote por parte do capital sueco o que provocou o encerramento da fábrica.

Os trabalhadores prendem no Ritz um administrador sueco exigindo o pagamento de indemnizações.

Ao fim de 3 dias e 3 noites de piquetes, tudo fica na mesma por má condução do processo.

RENASCENÇA

É selado o emissor da Buraca pelos comandos.

Realiza-se uma manifestação de trabalhadores, soldados e marinheiros que se dirige para a Buraca e põe a Renascença a funcionar.

ALCÁÇER

Atentado bombista à sede do C.R.R.A., a que os camponeses respondem com a ocupação de um palacete do João Branco Núncio.

ALCÁÇER DO SAL

Ocupação da Quinta da Palmeira, da propriedade de João Branco Núncio, ocupação esta feita para instalar o Centro de Reforma Agrária. O edifício do I.R.A. tinha dias antes sido destruído por uma bomba. A ocupação foi feita por cerca de 2000 trabalhadores das cooperativas agrícolas da região.

ALVALADE (SADO)

Ceifas de trabalhadores agrícolas e das empresas «CA e OSCISUL decidiram construir uma cooperativa única, a que deram o nome de «Com a União Venceremos», cooperativa esta que passará a englobar as propriedades agrícolas ocupadas pelos trabalhadores rurais, as unidades de comercialização e as unidades de transformação, que ficam portanto conjuntamente colectivizadas.

INFORMAÇÃO

7

A NACIONALIZAÇÃO DA BANCA, FOI DECISIVA...

O ano de 1975, foi sem dúvida rico em experiências, para os órgãos de Informação burgueses.

A nacionalização da banca, foi decisiva para a intervenção estatal na Imprensa.

A burguesia fascista, antes do golpe de Estado de 25 de Abril de 74, controlava os jornais, através dos seus bancos. Ou porque os bancos eram proprietários dos jornais, ou noutros casos, os jornais dependiam do seu crédito. Com a banca nacionalizada, após o 11 de Março, o aparelho de Estado passou a controlar a maior parte da Imprensa. Esta data, marcou uma importante vitória para a dominação reformista na Imprensa.

O CONTROLO REFORMISTA...

Tal como o aparelho de Estado fascista, (este actuava através da censura prévia), também o Estado reformista, reprimiu as vozes discordantes através de multas, (e muito pior) através dos próprios trabalhadores, que nos locais de trabalho, manobravam, marginalizavam e procuravam sanear, principalmente os jornalistas de esquerda, não reformistas.

A UTILIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO

No entanto, foi também em 1975, que os casos Renascença e «República» (órgãos em que o reformismo não tinha controlo) se agudizaram e sobre eles se abateu a repressão.

Como o programa político reformista, não era a saída para a crise económica e política, à medida que a crise se agudizava, mais o reformismo usava os seus órgãos de Informação para dourar a pílula, para manobrar a opinião pública em relação às lutas que se travavam, para abaterem as personalidades que lhes eram adversas e promover os seus honiems.

Pudémos ao longo da dominação reformista nos meios de Comunicação Social, assistir às formas de propaganda mais descaradas e inúmeras vezes bem pouco eficientes, e não pouco semelhantes aos métodos fascistas. O «Diário de Notícias», «O Século» e o «Rádio Clube Português», foram exemplos flagrantes da alienação e traição reformistas.

O REFORMISMO COMEÇA A PERDER

No entanto, a luta de classes não parava à porta dos edifícios onde estavam instalados os órgãos de Informação. Assim, por um lado a perspectiva burguesa e por outro, a perspectiva revolucionária, tentavam derrubar os reformistas dos seus postos, tal como acontecia no exterior. Deste modo, o Rádio Clube Português, deixa de ser a voz do reformismo, quando os jornalistas revolucionários conseguem um reforço da sua posição interna e a pouco e pouco vão travando o golpismo dominante para darem lugar à divulgação cada vez mais objectiva, da realidade concreta.

A BURGUESIA MOVE-SE...

Por seu turno, a burguesia liberal, incapaz de combater de outro modo coloca a sua perspectiva num espaço editorial que cria e lhe chama «Jornal Novo». É olhando a este exemplo, que os fascistas saudosos e sãneados, se juntam numa nova «folheta», (esta semanal), e lhe dão o nome de «tempo».

O PLANO JESUÍNO

O grupo dos nove, consegue veicular o seu programa social-democrata. Em resposta os oficiais revolucionários apresentam a sua perspectiva, sob o título «Proposta de trabalho de oficiais afectos ao Copcon».

A luta contra a perspectiva reformista, estava cada vez mais acesa e o seu domínio começava a abalar. Era necessário encontrar uma fórmula de controlo da opinião pública (... que não chocasse «as amplas liberdades democráticas»...) e que convinha não só aos reformistas, mas também à burguesia liberal, pois a Informação, exceptuando o «Novo», o «Expresso», o «Tempo», o «Notícias» e o «Século», começava a colocar-se cada vez mais ao serviço da proposta revolucionária. É assim, que em conluio da burguesia com o reformismo, Melo Antunes, no «Conselho da Contra-Revolução», propõe, e o ministro reformista da Comunicação Social, apresenta, a tentativa do famigerado plano Jesuíno, que é fortemente contestado e não vai avante.

A(S) LUTA(S)

Entretanto, é grande a mobilização popular em torno dos casos Renascença e «República». Falha a tentativa de o governo gonalvista entregar o Rádio Renascença de novo à Igreja reaccionária, do mesmo modo que a administração «xuxialista» verifica que não consegue reaver o «República». É nessa altura, que nasce a «Luta», órgão xuxialista, pluralista e apartidário, do partido de Soares.

O APARECIMENTO DO VI GOVERNO

As contradições ao nível do poder, vão-se agudizando cada vez mais e de novo, os órgãos de Informação são encontrados como excelentes meios de utilização, para através de maciças campanhas, se delinearem campos, enconstarem personalidades a esta ou àquela perspectiva, e arranjar base social de apoio para um governo que está na -forja e caba por se formar, manco e muito débil.

É Azevedo, marinheiro, posto ao leme do VI elenco governativo.

O TERRORISMO DO VI GOVERNO

É também através dos meios de Comunicação que aburguesia cria o mito do «almirante sem medo». Azevedo, na verdade apenas «malinlder das docas», não encontra soluções políticas e da ponte do seu navio, ordena o terrorismo. Começa pela ocupação das rádios, cujo resulta-

do, dada a consciência dos soldados, redonda na garantia da não existência de censura, e origina uma grande movimentação de massas, que culmina, com a invasão do Ministério da Comunicação Social, quando Almeida Santos, desesperado, tentava descobrir que censura não é forçosamente censura, e Otelo, com a sua falta de visão política, lhe dava cobertura.

O 1.º SILENCIAMENTO DO RENASCENÇA

No entanto, a social-democracia, consegue uma temporária vitória sobre o Renascença, silenciando-o e selando os seus emissores da Buraca, que são postos à guarda do fascista Jaime Neves. Mas as contradições agudizam-se no seio do regimento de comandos e o cão de guarda do VI Governo, não consegue por muito tempo manter os seus homens na Buraca, o que obriga Pinheiro de Azevedo, a substituir os comandos pela PSP.



Os comandos reprimem em Caxias na noite de 31 de Dezembro para

Entretanto, algumas comissões de trabalhadores e de moradores, convocam uma manifestação, a que comparem milhares de operários, soldados, marinheiros e povo trabalhador em geral, e que se dirige aos emissores da Buraca, violando o selo da social-democracia, e repondo a estação no ar.

AZEVEDO NÃO DESARMA...

Mas Azevedo não desarma e pelo contrário, solta de novo a polícia de choque e arma-a de «G3». Ordena a Almeida que multe, (torna-o exemplar cívico) e deixa que o seu PIDE predilecto, Ferreira da Cunha, faça todas as chantagens com ameaças de corte de dinheiros do povo, (que ele chama do Estado), para os meios de Comunicação.

O PIDE ... E A REPRESSÃO FASCISTA DA PSP

No entanto, a presença do PIDE Ferreira da Cunha no MCS, torna-se cada vez mais inquietante e são os trabalhadores daquele Ministério que exigem a sua demissão.

A PSP, fiel ao seu método fascista, carrega, selvática e indiscriminadamente sobre uma mani-

5

INFORMAÇÃO

festação que se concentra em frente ao Ministério onde Ferreira da Cunha, quer à força permanecer. Em total desrespeito pela sua missão, jornalistas são agredidos pela polícia de choque.

A DISCIPLINA: A AUTORIDADE, O BOMBISMO...

Cada vez mais colocado à direita, o VI Governo reclama a disciplina e a autoridade para o exercício do seu terrorismo.

Para o VI Governo, é imperioso captar todo o apoio e eliminar o mais possível a contestação e a denúncia da sua prática reaccionária. O Rádio Renascença representava o preço de muitos católicos reaccionários e de outros tantos apenas alienados e despolitizados. É assim que Azevedo se decide pelo seu primeiro acto bombista. Incapaz de fazer fogo com o seu navio, o pirata todo de pau Pinheiro, usa os pára-quadistas, e enganando-os perpetua o bombardeamento dos



para 1 de Janeiro

emissores da Buraca, para assim calar uma voz dos trabalhadores e ao mesmo tempo, explorando o sentimento religioso de muitos católicos alienados, ganhar mais um punhado de eleitores. Esta e outras acções criminosas motivam o descontentamento dos trabalhadores que desenvolvem cada vez maior número de lutas contra a opressão e o terrorismo da burguesia.

O 25 DE NOVEMBRO

O Governo da burguesia, não consegue governar sem alienar, não consegue governar se o seu aparelho máximo de alienação — os meios de comunicação — projectar a nível nacional as lutas dos trabalhadores.

O 25 de Novembro é o auge da manipulação, da pulhice, da alienação, conseguido por Azevedo e a sua tropa. As maiores mentiras, as maiores calúnias, a expropriação da liberdade de expressão, a descarada lavagem ao cérebro, são os melhores apontamentos que se podem tirar da utilização «pluralista» que o VI Governo fez dos órgãos de Informação no 25 de Novembro. É vital para a social-democracia que um estado semelhante se mantenha no apajrelho informativo do País.

O «PLURALISMO» DOS TERRORISTAS

É assim, que os «pluralistas» suspendem e saneiam cento e vinte e dois trabalhadores da Informação, para que assegurem o seu controlo nos meios de comunicação. Nomeiam novas administrações e direcções para os jornais e rádios, remodelam os quadros da TV. Demitem a comissão administrativa e o director do «República», tornando deste modo ilegal a sua saída e obrigando assim, os trabalhadores a entabularem neq-

ciações com um Governo que não pertence negociar mas sim nomear, utilizar e alienar.

O PLANO PARA AS RÁDIOS

Quanto às rádios, o plano dos fascistas Azevedo, Eanes e Ferreira da Cunha é muito mais macabro do que a prática Salazar-Marcelista.

Neste momento, trama-se a criação de uma única estação de rádio com 4 cenais, fazendo assim desaparecer o Rádio Clube Português e os Emissores Associados, entregando de novo a Renascença ao clero reaccionário. É claro, que o estatuto que se adivinha para essa única estação de rádio, que se chamará EPR (Empresa Pública de Radiodifusão) será sem dúvida idêntico ao da Televisão, em que é praticamente retirada a participação dos trabalhadores nos destinos da empresa.

URGE A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

Agora, mais do que nunca, urge a organização dos trabalhadores de toda a Informação para que numa atitude concertada, em todos os órgãos de Comunicação se lute contra a pata opressora da censura do «malinder das docas» E DO SEU Governo.

Os operários, os camponeses, os soldados, os marinheiros e todo o povo em geral têm necessidade de divulgar as suas lutas e de denunciar a dominação da burguesia, para que não só as suas lutas se projectem a nível nacional, mas também porque delas é necessário tirar todos os ensinamentos, apoiar o seu desenvolvimento e divulgar a organização de toda a classe com vista à insurreição armada, única saída para a tomada do poder.

ACONTECIMENTOS

JANEIRO

Pest (Plano Económico e Social de Transição)

O chamado plano Melo Antunes foi finalmente aprovado na primeira semana de Janeiro, depois de várias viagens entre o Governo, a Comissão Coordenadora do MFA, o Conselho dos Vintes e a assembleia do MFA.

Assim se consagrou uma política económica meio-socialista — meio-capitalista, a política do impossível. Esta forma de adiar a solução radical do problema haveria de ser fatal para a situação económica portuguesa.

Com este plano, Melo Antunes revela-se o político moderado que não dera mostras de ser no passado.

Unicidade sindical

A volta do problema da unicidade sindical geram-se grandes lutas partidárias, que acabaram por causar uma crise grave no final de Janeiro. Foram consultados 182 sindicatos, 4 Federações e algumas Uniões, mas poucas foram as assembleias sindicais que se pronunciaram — a cúpula funcionou mais uma vez. Pronunciaram-se a favor do «pluralismo» o P. S., o P. P. D. e a A. O. C. Pela Unicidade o P. C., a F. S. P., o M. E. S., a L. C. I., a U. D. P. e o P. R. P.

Chegada de Carlucci

Carlucci chega a Portugal como Embaixador dos Estados Unidos da

América. Mário Soares afirma à sua chegada que vem «animado das melhores intenções».

Congresso do CDS no Porto

O Congresso do CDS dá origem à organização duma manifestação de protesto convocada pelas organizações revolucionárias, a que se juntaram populares e soldados. O Congresso foi interrompido, depois de grandes aflições passadas no interior. O P. C. e partidos satélites consideraram o acto de protesto como «aventureirista» e «provocatório».

Conflito PC-PS

A crise política de final de Janeiro acabou por se concretizar num grave

conflito entre o PC e o PS. Ambos os partidos pretenderam fazer manifestações comemorativas do 31 de Janeiro, que se destinavam a combater uma à outra. Foram proibidas pelo Conselho dos Vintes.

FEVEREIRO

Esquadra da NATO em Lisboa

A presença da Esquadra da Nato em Lisboa durante a crise de final de Janeiro e princípio de Fevereiro levantou suspeitas. Os partidos de esquerda manifestaram-se contra a Nato, o PC fez um comunicado a convidar a população a entregar lembranças aos marinheiros da esquadra, o PS manifestou-se a favor da Nato.

ACONTECIMENTOS

CONTINUAÇÃO DO PÁG. 11

Manifestação do 7 de Fevereiro

Manifestação contra os despedimentos convocada pelas comissões de trabalhadores — Efacec-Inel, Cergal, Setenave, Automática de Corrois, Applied, Melka, Gemca, E. I. P., Xavier de Lima, INE, TAP, Pfizer (sector operário), etc. Esta manifestação foi caluniada pela União dos Sindicatos do Sul (Intersindical) que num comunicado a tratou de nova «maioria silenciosa do 28 de Setembro». Apesar disso foi uma grande manifestação operária com 80 000 pessoas (número do «Diário de Lisboa»).

Funcionam com significado as Reuniões Intermunições de Trabalhadores, que mais tarde haveriam de desaparecer pelo sectarismo de certas tendências.

Ocupações de casas

Começa a desenrolar-se um movimento de ocupação de casas em toda a Lisboa. As primeiras ocupações foram combatidas pela PSP, que mais tarde veio a não intervir. Os primeiros bairros com ocupações foram Alcântara e Ajuda. Formaram-se comissões de Ocupantes, que passaram a funcionar a par das Comissões de Moradores dos bairros pobres e dos bairros da lata.

Ocupação de terras cultivadas

Dão-se as primeiras ocupações de terras cultivadas, em locais onde existem conflitos entre os proprietários e os trabalhadores, por falta ao contrato estabelecido. Assim se passa na zona de Alcácer e na zona de Alcoentre.

MARÇO

11 de Março

Um golpe de direita, que se concretiza no bombardeamento do RAL 1 e no seu cerco por tropas pára-quedistas, que se rendem rapidamente. O desencadear deste golpe parece ser precipitado e o seu plano é demasiado simplista. Spínola foge para o Brasil. O PS é acusado de ter tido conluios com Spínola.

Imediatamente a seguir ao golpe o PC ganha posição no aparelho de Estado.

Nacionalização da Banca Nacionalização dos Seguros

Com estas nacionalizações o sistema económico português sofre uma transformação importante no sentido do socialismo. Apesar disso não há nem planificação socialista, nem gestão colectiva, nem definição da política externa, que permitam o desenvolvimento necessário.

O Imperialismo ataca Angola

Para combater a implantação política do MPLA, o imperialismo ataca em Angola através da FNLA, desencadeando uma onda de massacres em Luanda. Mais tarde haveria de ser varido dessa cidade.

ABRIL

Avançada repressiva do reformismo

O PC, que ganhou posição no aparelho de Estado, faz uma avançada repressiva. Desenvolve um sistema de bufaria nas empresas, institui a fiscalização da doença nos postos das Caisas de empresa, faz «vigilância» e prende.

I Congresso dos Conselhos Revolucionários

O Secretariado Provisório Pró-Conselhos Revolucionários promove o 1.º Congresso. Estiveram presentes 700 pessoas, 165 empresas e unidades militares. A formação dos Conselhos Revolucionários (eleitos em assembleias de local de trabalho e revogáveis) constitui uma alternativa às eleições burguesas. Só o PRP os apoia.

Eleições para a Constituinte a 25 de Abril

Vitória estrondosa do PS. Derrota do PC. Começa a crise permanente.

MAIO

1.º de Maio

Realiza-se a manifestação do estádio 1.º de Maio com a presença da Intersindical, do P. C., do P. S. e da F. S. P., que haveria de eclodir em conflito aberto em pleno campo.

Há mais três manifestações na cidade:

A dos CRT's no Parque Eduardo VII, a do MRPP no Rossio e a da UDP/PUP/FEC no Terreiro do Paço.

A LUAR e o MES não se manifestam.

Primeira grande manifestação do P. S.

Otelo, Otelo

Otelo aparece em relevo pelas declarações desassombradas que fez a vários órgãos da comunicação social. Entrevistas ao «Primeiro de Janeiro» (12-5-75) a «O Jornal» (16-5-75) e «Expresso» (17-5-75). Essas declarações vieram a trazer-lhe ataques da direita e dos reformistas.

Os dez pontos dos «Operacionais»

Os chamados militares «operacionais» redigem uma moção que se con-

cretiza em dez pontos, considerados bastantes avançados, e que lêem durante uma sessão do Conselho da Revolução. Nesse momento há unidade entre os vários operacionais, mesmo entre os que hoje estão presos e os que vieram a fazer o 25 de Novembro.

O Conselho da Revolução não dá resposta.

Episódio MRPP-Ralis

O MRPP prende um militar suspeito e interroga-o, provocando uma crise política durante um fim-de-semana, em Lisboa.

1.ª Grande manifestação do P. S. e Lisboa

O P. S. faz a primeira grande manifestação autónoma, que rende 100 000 pessoas e começa a ter o carácter reaccionário, que mais tarde veio a marcar este partido.

O P. C. no dia 29 «responde-lhe» com outra, que é mal recebida pelo Conselho da Revolução, que, pela boca de Vasco Lourenço faz ler um documento à manifestação onde mostra o seu desagrado.

República

Começa o conflito entre os trabalhadores do Jornal República e a Administração e Redacção afectas ao P. S.

O Jornal interrompe a sua saída. O P. S. faz uma manifestação em frente ao jornal, de solidariedade para com Raúl Rêgo e o resto da redacção. A porta é selada.

Batalha da produção

O Primeiro-Ministro trava uma «batalha» pela Batalha da Produção, que dia a dia vai falhando, por não existir nem planificação, nem gestão colectiva, na definição da política em relação ao Imperialismo.

Retorno de Pinheiro de Azevedo dos E. U. A.

«A NATO não tem finalidades agressivas».

«Os Estados Unidos não dominam

a NATO politicamente, o que é muito construtivo».

«...pessoas que têm a democracia no sangue passam horas e horas a negociar».

Essas são algumas das declarações de Pinheiro de Azevedo a respeito da NATO. Depois disso muita água correu por baixo das pontes, entre elas o apoio dado pelo P. C. e pela Marinha ao Almirante. A história curta veio a provar a nossa razão. Mas o povo português não se alimenta da nossa razão. Era em Maio que tudo já estava claro!

JUNHO

O Mundo em partilhas

Chovem os contactos internacionais abertos e de bastidores a respeito de Portugal. Os P. C. europeus, especialmente o italiano hostilizam o P. C. português. Fala-se muito em aproximação entre o P. S. e esses partidos assim como se fala na existência de duas linhas, uma de esquerda outra de direita no P. C. soviético com as respectivas consequências.

Renascença

Começa a luta no Renascença, quando o Governo (Primeiro-Ministro e Ministro da Comunicação Social) decide entregar a R. R. à Igreja. Grande solidariedade operária. O Conselho da Revolução contraria a decisão do Governo.

Grande manifestação dos CRT's

Grande manifestação dos CRT's a 17 de Junho. Palavras de ordem

«GOVERNO REVOLUCIONÁRIO JÁ!»

«FORA COM A CANALHA, O PODER A QUEM TRABALHA!»

TAP

A 19 de Junho sai o PAP (Plano de Acção Política), que consagra uma linha de direita para o Conselho da Revolução. Os militares de esquerda ficam derrotados. Dá-se um recuo a nível geral.



Por uma política de unidade

Os recentes acontecimentos do 25 de Novembro e as características que apresenta a actual situação política em Portugal exigem dos militantes revolucionários uma profunda reflexão e o adoptar de uma tática adequada às novas condições criadas. Tática que permita agrupar os destacamentos do proletariado e resolver o problema da direcção política revolucionária. Tática que permita fazer recuar a ofensiva burguesa e bater o reformismo. Tática que permita fazer avançar o proletariado para a Revolução Socialista. É um dos problemas centrais desta tática é o problema da unidade. A unidade da classe operária e das massas trabalhadoras nos locais de trabalho, unidade entre o proletariado rural e o proletariado urbano, a unidade entre militantes revolucionários com e sem partido, a unidade entre partidos revolucionários, tais são alguns dos principais níveis de unidade que temos de analisar e pôr em prática na situação política que se vive. Mas uma política de unidade, que permita o necessário agru-

pamento das forças do proletariado, não é tarefa fácil. São numerosos os obstáculos a transpôr para que esta política se realize. Mesmo no interior do partido, deparamos por vezes, com graves incompreensões, no que diz respeito à prática da unidade. Há camaradas que pensam que podemos e devemos avançar sozinhos, isolados, mesmo até em relação às grandes massas. Isto resulta de posições sectárias e de uma incapacidade para avaliar a correlação de forças em presença.

Hoje só iremos aqui tratar de três grandes níveis de unidade, que consideramos fundamentais:

— O primeiro é o que diz respeito à unidade da classe nos locais de trabalho. É aquele que se forja na luta por objectivos concretos e imediatos (luta por aumento de salários, contra a repressão, por melhores condições de vida). É unidade que se constrói na luta pela organização autónoma da classe, na luta pela tomada e exercício do Poder pelos trabalhadores. Esta é a unidade que deve ser

considerada acima dos interesses partidários, esta é a unidade que pode e deve ser conseguida nas Comissões de Trabalhadores, nos Conselhos de Aldeia e nos Conselhos Revolucionários. E os Conselhos Revolucionários são para nós a forma superior de unidade e organização, aquela que permite ultrapassar as manobras partidárias, aquela que é mais clara expressão de que a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores.

— O segundo é o que se refere à unidade da vanguarda, isto é, à unidade entre militantes revolucionários, com ou sem partido. Nas condições concretas da actual situação política portuguesa, este nível revela-se de particular importância. Com um P.S., lacaio do imperialismo, e aliado do reaccionário Jaime Neves, com um P.C., reformista e traidor, com uma esquerda revolucionária dividida por várias organizações com milhares de militantes revolucionários sem partido, uma justa e correcta política de unidade irá retirar milhares de cama-

radadas à instrumentalização dos partidos burgueses e reformistas, irá engrossar e solidificar as fileiras da vanguarda para o combate decisivo ao inimigo da classe — à burguesia. Se soubermos conduzir uma justa política de unidade, operários de base do P.S., muitos militantes das bases do P.C., militantes revolucionários saídos de outras organizações de esquerda, muitos camaradas de orientação maoísta poderão criar, a curto prazo e a partir das bases, juntamente com as organizações revolucionárias, uma sólida alternativa para a situação actual. Unidade de vanguarda, nas fábricas, nos campos e aos quartéis. Unidade forjada em comités unitários de base. Unidade que partindo de objectivos concretos e imediatos perspetive revolucionariamente as lutas de classe.

— O terceiro é o que diz respeito à Unidade entre partidos. O nível de clarificação já atingido na cena política portuguesa torna este um dos campos mais restritos de unidade. Mas é possível e necessário que as organizações revolucionárias, cuja análise da situação e projecto político mais se aproximem, estabeleçam entre si plataformas de acção comum. Esta unidade entre partidos, além de ser indispensável a uma correcta articulação das lutas nos seus vários níveis, contribuirá de forma importante para a unificação de uma vanguarda revolucionária e para a resolução do problema de uma direcção política proletária.

O P.R.P., como partido empenhado numa saída revolucionária para a actual situação, afirma-se disposto e procurará levar à prática em toda a parte uma justa política de unidade, que permita travar uma luta sem tréguas contra a ofensiva do capital e do fascismo, que permita acumular e organizar as forças indispensáveis à destruição da ordem burguesa e à construção da nova ordem — a ordem proletária.

TIMOR

Escalada da invasão indonésia

Representantes do Governo da República Democrática de Timor Leste efectuaram no dia 30, em Lisboa, uma conferência de Imprensa, com o intuito de informar o Povo português da situação no território.

Foi nesta conferência divulgado que 30 000 soldados indonésios tinham entrado no Timor-Leste para reforçarem as tropas invasoras indonésias.

Dili, capital do país está agora totalmente nas mãos dos agressores e as tropas da Fretilin foram obrigadas a retirar para as montanhas que circundam a capital. Na ilha de Ataúro, onde se mantinha simbolicamente uma força militar portuguesa, esta força passou-se para o lado dos indonésios, sendo então ai astreada a bandeira da Indonésia. Este acontecimento é mais um exemplo da convivência da administração portuguesa com a República Indonésia.

Segundo informações dadas na mesma conferência de Imprensa — as forças da Fretilin continuam a resistir heroicamente e ainda controlam a maioria do território.

Mais do que nunca, neste momento tão crítico da vida do povo de Timor, é dever de todos os revolucionários portugueses, pressionarem o Governo português no sentido de que este reconheça a República Democrática de Timor Leste.



AS GRANDES LUTAS DOS TRABALHADORES



SETUBALENSE

Os trabalhadores ocupam as instalações e expulsam o patronato, e decidem pôr o jornal ao serviço dos órgãos de Poder Popular.

CONSTRUÇÃO CIVIL

Greve geral pela conquista do contrato vertical e aplicação imediata do contrato colectivo.

Verifica-se a maior manifestação operária realizada em Portugal, que culminou com o sequestro do Governo até à aprovação das reivindicações.

RENASCENÇA

O Conselho da Revolução põe bombas no emissor da Burca calando assim a Rádio Renascença.

O MARXISMO-LENINISMO-MAOISMO

O FRENTISMO



«as amplas frentes antifascistas e populares» com base numa aliança entre o proletariado e a burguesia «democrática»

O movimento m-l-maoísta vive numa permanente contradição em que por um lado pretende demarcar-se do revisionismo do P.C.P. e por outro fazem a sistemática reabilitação da figura de Staline. A estratégia frentista-reformista é mais uma manifestação desta contradição.

Tanto a O.R.P.C. como a O.C.M.L.P. definem como a actual etapa da Revolução em Portugal a **etapa democrática e popular**, enquanto o P.C. a define como a **etapa democrática e nacional**. As análises que estão por detrás destas definições da etapa da Revolução são sintomáticas do horror que estas organizações têm à Revolução socialista e da dedução desta estratégia a partir de um esquema estalinista (de resultados históricos catastróficos) posto em prática a partir do VII Congresso da Internacional Comunista (1935).

AS ORIGENS

DO FRENTISMO STALINISTA

Corrigindo a tática esquerdista do 3.º período da I.C. a qual considerara a social-democracia o inimigo principal, desprezando o ascenso do fascismo (daqui o nome de social-fascistas que davam aos social-democratas), Georges Dimitrov apresentou ao VII Congresso da I.C. um relatório que traçava a actuação do movimento comunista internacional. Nesse relatório defendia-se a criação de «amplas frentes antifascistas e populares», fundamentalmente na base de uma aliança entre o proletariado e a burguesia «democrática». O conteúdo desta aliança fica bem patente no seguinte passo deste relatório:

«A social-democracia é partidária da democracia e os comunistas da ditadura, por isso não podemos estabelecer a frente única com os comunistas», diz uma série de chefes social-democratas. Mas será que propomos agora uma frente única para proclamar a ditadura do proletariado? Neste momento não vos propomos se-

melhante coisa.

«Que os comunistas reconheçam a democracia e actuem em sua defesa e então estaremos dispostos a frente única». A isto respondemos: nós somos partidários da democracia soviética, (...). Mas defendemos e continuamos a defender, palmo a palmo, nos países capitalistas, as liberdades democrático-burguesas contra as quais atentam o fascismo e a reacção burguesa pois assim o exigem os interesses da luta de classes do proletariado». (G.Dimitrov, «As Frentes Populares em Todo o Mundo»).

De facto o proletariado tinha muito pouco por onde escolher nesta «ementa»: ou «o prato do fascismo» ou «o prato da democracia burguesa», o que levou à mera defesa da democracia burguesa contra o fascismo. Podemos descrever vários exemplos históricos que nos mostram precisamente isto: em 1936, em França, no seguimento da vitória eleitoral da coligação social-democrata e radical-burguesa, apoiada pelo Partido Comunista Francês, Maurice Thorez, secretário-geral do P.C.F., dizia: «é preciso saber acabar com uma greve». É evidente que palavras destas referiam-se ao grande movimento de greves e ocupações que a classe operária francesa prosseguia respondendo assim à profunda crise que atravessava a sociedade capitalista francesa.

No fundo a expressão que concretamente assumiram as frentes populares, mostram-nos que esta tese de Staline-Dimitrov não fez mais que reforçar as teses menchevíques para a Revolução russa, e que Lenine sempre combateu, segundo as quais o proletariado devia tornar-se um apêndice da burguesia «liberal» apoiando a sua Revolução democrático-burguesa. (1) Não obstante o fracasso destas frentes populares, esta mesma estratégia frentista de ampla colaboração de classes continuou a ser seguida pelos P.C., numa altura em que Stali-

ne-Dimitrov inventam um novo conceito para caracterizar as democracias burguesas em que se baseavam os regimes políticos dos países da Europa Ocidental depois da 2.ª Guerra Mundial: a **democracia nova**. Os argumentos que os estalinistas utilizavam para nos tentar convencer que essas democracias não eram burguesas, mas correspondiam a uma democracia mais «avançada», são da mesma natureza dos que Álvaro Cunhal utiliza para nos tentar convencer que a «etapa democrática e nacional» não é burguesa: sempre se tinham feito muitas nacionalizações, sempre estavam os P.C. no Governo, etc., etc. Depois dos principais objectivos desta etapa estarem cumpridos e dando-se mais um passinho, caminhar-se-ia, sempre no quadro de um reformismo evolucionista, para a **democracia popular**, isto é, para sociedades cuja base de apoio social era essencialmente constituída pelos operários, camponeses e pequena burguesia. Deste modo, a democracia popular é uma forma mais extrema do mesmo sistema frentista. Logo, a contradição entre «a etapa democrática e nacional» e a «etapa democrática e popular» é uma contradição entre formas (contradição formal) de um mesmo sistema — o **frentismo** — e não uma contradição radical. Para quem queira confirmar isto mesmo, basta ler um livro de A.Cunhal onde ele mostra perfeitamente a semelhança de objectivos destas duas etapas, escrevendo e cronizando a propósito do programa da Revolução democrática e popular (dos maoístas):

«Dir-se-ia estarmos lendo (amputado, torcido, incompleto) o programa «revisonista» da Revolução democrática e nacional tão ferozmente combatida. Lá está «a execranda etapa!» Lá está o objectivo «nacional!» Lá está «a aliança com todas as forças que podem ser mobilizadas para este objectivo». Lá estão as execrandas liberdades democráticas (de Imprensa, de partidos)! Lá está «o regime intermédio entre o capitalismo monopolista e o socialismo!»». («O Radicalismo Pequeno Burguês de Fachada Socialista», P.110).

Se tivemos em conta que ambos são «filhos do mesmo pai», facilmente se compreende a razão de ser destas linhas.

POLÍTICA PROLETÁRIA E FRENTISMO

Qual é então a crítica que temos a fazer à estratégia frentista? Toda e qualquer política de frente para não se transformar numa capitulação completa perante os aliados, por parte do proletariado por se passar para a sua posição, deve garantir e afirmar a independência de classe do proletariado, desenvolvendo a sua autonomia política, organizacional e estratégica. Necessariamente também a aliança fundamental que sustentará essa frente terá de ser a aliança entre as massas exploradas e oprimidas. Estes é que são os princípios do proletariado numa frente qualquer que seja a sua natureza e ao afirmarmos isto estamos automaticamente a fazer a crítica ao sistema frentista.

Na verdade, historicamente o frentismo estalinista foi e é uma estratégia defensiva submetendo a dinâmica própria e anticapitalista da classe operária aos objectivos de uma etapa que evidentemente representava uma ampla aliança de classes com interesses históricos antagónicos (uma caldeira de classes, para utilizar a terminologia da U.D.P.), na qual o proletariado podia assumir as mais diversas funções, à excepção de uma que é precisamente a **função hegemónica**. Encontra-se neste âmbito, o sistemático «esquecimento» da tomada do poder pelo proletariado, substituído pela progressiva «ocupação» do estado (burgues).

O FRENTISMO EM PORTUGAL

Necessariamente esta questão não é apenas uma mera disposição teórica de dados históricos. É das opções que se tomam a este nível que decorre toda uma prática reformista e da qual nos limitamos a expor dois casos gritantes respeitantes ao processo revolucionário aberto com o 25 de Abril:

A) Logo a seguir ao golpe de Estado de 25 de Abril assiste-se a uma autêntica irrupção das massas pela brecha aberta na superestrutura política. Foi tal a dinâmica empreendida pelo movimento de massas, de natureza perfeitamente anticapitalista e criadora (greves, saneamento dos fascistas, ocupações de fábricas e de habitações, etc), que de facto muito pouco tinha a ver com o simples «antimonopolismo» ou com a mera «defesa das liberdades democráticas» da tal etapa democrática e nacional traçada



O FRENTISMO

pelo P.C.P. Assim, como o movimento de massas tinha saído dos «carris», isto é, dos objectivos da etapa democrática e nacional do P.C.P., este passou a utilizar os métodos mais repressivos para a sabotagem e denúncia pidesca das lutas dos trabalhadores (vd., as lutas da TAP, Timex «Jornal do Comércio», Lisnave), precisamente para pôr o movimento de massas nos «carris» e na «ordem». Só que este lhe fez um grande manguito...

B) O segundo caso diz respeito à O.C.M.L.P. e à sua Revolução democrática e popular. Diz a O.C.M.L.P. que



Como o movimento de massas tinha saído dos «carris».

no actual momento político tem que se denunciar «a provocação trotskista organizada na F.U.R. e as aventuras irresponsáveis e criminosas em que esse bando de lacaios do social-imperialismo pretende envolver a classe operária, ao substituírem à acção das largas massas populares unidas e organizadas os pequenos grupos radicalizados na preparação dos seus golpes de «esquerda» («O Grito do Povo», n.º 54). E acrescenta mais ainda «que a Revolução só pode ser obra das massas, dos operários e dos camponeses, que sozinho o proletariado avançado da zona de Lisboa está condenado à derrota e enfrenta o risco de ver lançadas contra sim os seus irmãos de classe (os camponeses. N.N.)» (idem). O que é que a O.C.M.L.P. nos quer dizer com este paleio reformista a que não falta aquele estilo com que o Mário Soares fez as suas «queixinhas» (essas «aventuras irresponsáveis e criminosas da F.U.R.»)? O que a O.C.M.L.P. nos quer dizer é o que dizem todos os estalinistas-reformistas: «Não queimem etapas» (é evidente que esta etapa não é a Revolução socialista). A resposta a isto vai-nos mostrar como a dinâmica da luta de classe em Portugal tem destruído todos os projectos políticos que pretendem submeter essa mesma luta de classes a uma prévia etapa definida e a actuação oportunista que daí advém.

Já se viu o sistema em que se enquadra a etapa democrática e popular. As palavras de ordem desta Revolução, «Pão, paz, terra, liberdade e independência nacional», são hoje subscritas por vários partidos da burguesia em Portugal. A sua definição é copiada dos livrinhos que os intelectuais da O.C.M.L.P. leram nos cafés do Bd. StMichel sobre Revolução russa, chinesa ou vietnamita, mas muito pouco relacionada está com uma verdadeira análise sobre o modo de pro-

dução dominante em Portugal assim como a disposição de classes na sociedade portuguesa.

Por alguma razão afirmamos que a única Revolução a fazer-se aqui à a socialista, e não outra. Essas razões baseiam-se em dados concretos. De facto, não só as relações de produção dominantes são capitalistas, situando-se as relações de produção pré-capitalista a um nível secundário e na lógica dependência dos sectores de produção mais dinâmicos, o que coloca desde logo o carácter socializado do nosso aparelho produtivo (condição para que se possa suceder o sistema socialista), como a própria análise da correlação de classes, a análise das classes «para si», e não «em si», nos mostra uma profunda crise de dominação por parte da burguesia e uma ofensiva generalizada de massas que tem vindo a constituir um bloco social revolucionário cujas principais características a apontar são:

a) **A hegemonia proletária** no seu seio, materializada numa posição de liderança do proletariado que lhe advém do facto menor de constituir em Portugal a classe com maior peso numérico dentro das forças sociais capazes de apoiarem a definição revolucionária da actual situação política, e do facto maior de ser a classe que tem mostrado o maior espírito de combatividade, ser a classe que tem encontrado as formas de organização mais avançadas, ser a classe que no final tem dado as maiores contribuições para a acumulação de forças necessárias para a insurreição armada. Isto constitui um facto e contra factos não há argumentos por muito que a



... O P.C.P. passou a utilizar métodos de sabotagem...

O.C.M.L.P., chorando-se e cometendo graves erros políticos, considere o proletariado da zona de Lisboa «um pequeno grupo radicalizado».

b) O sistema de alianças assente fundamentalmente na aliança entre os operários e os soldados e marinheiros (e não na aliança operário-camponesa) devido à efectiva força política do proletariado português e às lutas travadas no interior dos quartéis pelos soldados, marinheiros e oficiais revolucionários as quais lhes têm dado uma consciência proletária cada vez maior, como se pode comprovar pelo avanço espectacular da organização autónoma dos soldados e marinheiros que se vinha assistindo nos últimos meses e que se tornou o principal alvodo golpe da CIA de 25 de Novembro. As lutas travadas nos locais de habitação tem trazido claramente para o lado da Revolução o semi-pro-

letariado urbano e certos sectores da pequena-burguesia, incluindo-se aqui mesmo largas camadas da pequena burguesia dos serviços que até por um certo enquadramento dado pelos órgãos do poder popular têm sofrido a influência do avanço do movimento de massas. Desta maneira, talvez a O.C.M.L.P. não veja apenas «um pequeno grupo radicalizado» (o proletariado da zona de Lisboa), mas vários «pequenos grupos radicalizados» no que se refere ao proletariado rural do Alentejo e do Ribatejo, a largos sectores do proletariado do Centro e do Norte e a certas camadas da pequena burguesia de serviços do Norte. E depois disto talvez a O.C.M.L.P. chegou à conclusão que estes «grupos radicalizados» afinal são assim tão pequeninos como pensava e que até possam chegar para fazer a Revolução.

Nesta altura deve estar já a OCMLP, bufando por todos os lados, a perguntar onde é que estes «trotskistas» meteram a aliança operário-camponesa (entendendo-se por esta aliança a do proletariado urbano e rural com os pequenos camponeses



... para pôr o movimento de massas na ordem.

em vias de proletarianização), o que é que fizeram do «movimento camponês». Começemos por responder a esta questão dando a palavra à própria OCMLP: «hoje em Portugal como em todo os momentos agudos da luta de classes, a questão do campesinato é a questão que decide sobre o bom rumo ou mau rumo, a vitória ou a derrota da Revolução (democrática e popular. N. N.)» («O Grito do Povo», n.º 46). Ao dizer isto a OCMLP mostra que só deve ter lido Marx e Engels pelas citações dos livrinhos de Stalin, pois não compreendeu nada sobre o materialismo histórico e dialéctico, sobre a análise concreta da situação concreta tentando por isso mesmo transportar mecanicamente os problemas que se levantaram à revolução chinesa e de um modo geral os que se levantam nos países da periferia (por exemplo, nas nossas ex-colónias), para a sociedade portuguesa. Só que Portugal não é a China, nem Angola, nem Moçambique. Portugal é Portugal e o que a análise das relações de classe na sociedade portuguesa nos indica é um campesinato numericamente fraco (basta dizer que existem 1 500 000 proletários urbanos e rurais para 400 000 camponeses pobres), extremamente heterogéneo (as relações de produção que envolvem os camponeses da zona latifundiária do Sul não são da mesma natureza das que envolvem os camponeses do

Centro e Norte do País) e principalmente não constitui uma força social politicamente autónoma, com um movimento de classe próprio a intervir decisivamente ao nível da sociedade. É por estas razões que consideramos que falar em movimento camponês em Portugal é uma completa mistificação e só pode existir na cabeça de «revolucionários» de formação livresca. É por estas razões que para nós a aliança operário-camponesa (que tem tido uma efectiva expressão em certas regiões do Ribatejo e Alcácer) é secundária no quadro do sistema de aliança que o proletariado tem que estabelecer para a tomada do poder. Isto não significa que tenhamos desprezado o trabalho junto aos camponeses, antes pelo contrário. Tendo consciência das condições de extrema pobreza em que vivem os pequenos camponeses no nosso país e sujeitos a uma exploração desenfreada por parte dos parasitas intermediários e ricos proprietários, temos apoiado e por vezes participado activamente juntos com os camponeses na ocupação e defesa de terras. Mas este tipo de actuação tem sido levado a cabo principalmente pelo operariado rural e no caso dos camponeses pobres em áreas geográficas extremamente delimitadas e localizadas (a região de Unhais da Serra, certas zonas do Ribatejo como Alcoentre e Entroncamento para além da região de Alcácer). É por isso que pensamos que o campesinato em termos da Revolução Socialista tem que ser, não tido como inimigo mas como um sector a neutralizar para após a tomada do poder e através de medidas concretas que o beneficiem grandemente, conquistá-lo para o lado da Revolução. Embora desde já se possa trazer para o nosso lado o descontentamento dos pequenos camponeses, que tanto estavam contra o V Governo como terão que estar contra o VI e o VII.

Contudo como os princípios ontológicos da OCMLP incidem numa «Revolução Democrática e Popular», a «Revolução dos Operários e Camponeses» e como o movimento revolucionário de massas nos mostra um campesinato fraco, com muita pouca organização e, para utilizar as palavras



Só que este lhe fez um grande manguito...

O FRENTISMO

da ORPC, sem «o sentido político da luta que se trava», estando até grande parte dele manobrado pelos caciques fascistas e social-democratas, a prática e a própria análise teórica que a OCMLP tem hoje tinham que reflectir esta contradição. No que se refere a esta problemática fica explicada uma das razões porque é que a OCMLP calunia hoje tanto a luta de massas, a luta dos soldados no interior dos quartéis, vendo tudo «golpes» da «trotskhalhada», dos «lacaiois do social-fascismo» com a convivência da linha «oportunista». etc. e etc. Em última análise e deste ponto de vista, o que a OCMLP diz ao movimento de massas é que não tem nada que avançar porque o «movimento camponês» (o tal que a OCMLP leu nos livros sobre a revolução chinesa) ainda está muito atrasado e o que ele tem a fazer por isso é apoiar a burguesia «democrática», o grupo Melo Antunes e a Europa mais as suas ingerências imperialistas porque estas componentes é que estão em condições de bater os social-fascistas». Desde já asseguramos que num posterior artigo onde analisaremos as posições políticas desta organização e da ORPC, fare-

mos o desmascaramento mais fundamentado e completo desta linha política capitulacionista (ou seja que aceita à partida a derrota da classe operária). Faça-se aqui um parêntese para reconhecermos que (2) a ORPC e o CMLP têm tido a necessária subtilidade táctica para reajustar os princípios definidos pela Revolução Democrática e Popular à prática ditada pelo movimento crescente de massas, o que não invalida e como demonstrámos, o facto de esse movimento nada ter a haver realmente com o estabelecimento de uma democracia popular.

Resumindo e concluindo, os erros que resultam da concepção etapista do frentismo e que sintetiza uma série de desvios oportunistas, pressupõe a construção do socialismo e do comunismo como um processo linear, «arrumadinho», através de etapas bem estanques, demarcadas e previamente estabelecidas no tempo e no espaço, quando este processo é o de uma revolução permanente, ou por outras palavras que lhes agrada mais, **ininterrupta e combinada**, isto é constitui um processo extremamente contraditório que se move dialecticamente pois a fonte da luta pelo socialismo

e pelo comunismo continua a ser a luta de classes.

O FRENTISMO DA FUR

Ao contrário do frentismo apontado pelos stalinistas, sejam eles dos P. Comunistas, sejam dos partidos maoístas, o frentismo da FUR não estabelece alianças entre classes, mas entre partidos que representam a mesma classe — o proletariado.

O frentismo dos stalinistas aponta geralmente para a aliança entre o proletariado e a pequena-burguesia e por vezes a média burguesia e nalguns casos (de lutas de independência nacional) a grande burguesia e a aristocracia. Assim nas frentes populares de triste memória, que só deixaram saudades aos que gostam de folclore romântico-político (muito apreciado pela pequena-burguesia), mas que prepararam sempre o terreno para grandes derrotas do proletariado, tal como se disse acima — casos da Espanha, França, Chile. É também em nome dessa aliança com sectores da burguesia e para não a assustar, que os partidos comunistas vão acusando de contra-revolucionários e provoca-

doras as organizações da esquerda. Assim se passou em Espanha, França, Chile... E para castigar tais provocadores, a repressão passa a exercer-se sobre a esquerda, aliviando a direita... Passou-se nesses países, passa-se actualmente em Portugal. Durante meses, a política reformista foi policial em relação à esquerda revolucionária, tanto nas empresas, como nos bairros, como nos jornais. Os «bufos», a censura, as prisões. E se mais não fizeram foi porque não tinham todo o poder nas mãos; e hoje, após o 25 de Novembro, 150 militares são sacrificados como «impacientes», ainda em nome da santa aliança de um Governo dividido por três partidos.

Ao contrário deste frentismo entre classes, o frentismo revolucionário da FUR, foi e é a aliança entre partidos que se reclamam da mesma classe — o proletariado. Como em Portugal várias organizações representam esta classe e se dizem comunista, era necessário e possível encontrar uma plataforma comum, que não diz respeito a questões de alianças entre classes mas diz respeito à táctica a seguir e aos objectivos a atingir.

(1) É por isso, que uma correcta análise sobre o movimento comunista internacional tem que considerar que o VII Congresso da I.C. marca uma autêntica viragem de 180 graus na táctica do movimento comunista internacional (MOCI), situando-se aí o ponto de referência da grande viragem à direita do MCI, imprimida pela política stalinista.

(2) Com extremas hesitações.



De 10 a 14 de Setembro de 1917, Lenine escreveu, ainda na clandestinidade a que o obrigara o Governo de Kerenski, saído da revolução de Fevereiro de 1917, um livrinho chamado «A catástrofe eminente e os meios de a conjurar». Nele aponta o programa socialista, único capaz de salvar a situação económica a que a Rússia tinha chegado Também Lenine era um impaciente Também ele, «queimava etapas», ou antes, não inventava «etapas» para atrasar a revolução, como fazem em Portugal os vários tipos de reformistas Hoje, aqui, seria reprimido pela social-democracia e acusado de aventureirista pelos reformistas A história não se repete, mas há situações idênticas, porque idênticos são os vários dados que dizem respeito à luta de classes em determinada fase Assim dizia Lenine em 1917:

LENINE era um impaciente

«Aqui não há meio termo Tal como a marcha objectiva do desenvolvimento se verifica, não se poderá avançar, a partir dos monopólios (cujo número, papel e importância, e guerra decuplicou), sem se caminhar para o socialismo Ou bem que se é realmente democrata revolucionário e então não se pode ter medo de caminhar para o socialismo;

Ou bem que se recela caminhar para o socialismo e condenam-se todos nessa direcção, sob pretexto, como dizem os Plékanov, os Dan e os Tchernov, de que a nossa revolução é burguesa, de que não se pode «introduzir» o socialismo, etc No nosso caso, acaba fatalmente por se chegar à política de Kérenski, Milioukov, e Cornilov, ou seja, à repressão burocrática reaccionária das aspirações «democráticas revolucionárias» das massas operárias e camponesas

Aqui não pode haver meio termo

E é aí que está a contradição fundamental da nossa revolução» () «E temer avançar equivale a recuar É o que fazem os senhores Kerenski com os entusiastas aplausos dos Milioukov e dos Plekanov e com a cumplicidade parva dos Tsérétéli e dos Tchernov» () «A guerra imperialista marca a véspera da revolução socialista Não só porque os horrores engendram a revolução proletária — nenhuma insurrecção criará o socialismo se não estiver economicamente amadurecida — mas também porque o capitalismo monopolista de Estado é a mais completa preparação material para o socialismo, a antecâmara do socialismo, a etapa da história que nenhuma outra etapa intermediária separa do socialismo»

Substituíam-se os nomes que estão nesse texto, por nomes portugueses Kerenski por Mário Soares, Milioukov por Sá Carneiro, Tsérétéli por Cunha e todos os outros à escolha de cada um e apresente-se esse texto aos técnicos das etapas Os reformistas do P C P dirão que se trata de uma provocação aventureirista e estarão dispostos a denunciar o autor por «impaciente» Os maoístas dirão que se trata de um «anarco-trotskismo» E os sociais-democratas procurarão o autor para o meter em Custóias

OS GRANDES ACONTECIMENTOS DA ESFERA POLITICA DO ANO DE 1975

JULHO

Aliança povo-MFA

A 8 de Julho foi aprovado na Assembleia do MFA o «Documento Guia Povo-MFA» que consagra a assembleia de base como órgão soberano e propõe a substituição das actuais estruturas deliberativas por estruturas de poder político emanadas dos trabalhadores. Por outro lado o MFA e as suas estruturas colocam-se em igualdade de circunstâncias com as estruturas de empresa e de bairro.

Actualmente encontram-se presos, após o 25 de Novembro, quatro dos cinco oficiais que elaboraram o documento capitães Cabral e Silva e Jorge Alves e majores Tomé e Dias Ferreira.

A «República» reaparece

No dia 10 a República reaparece obra dos trabalhadores. Passa a simbolizar, em todo o mundo, a vitória dos revolucionários sobre a social-democracia. As tentativas do PS para liquidar o jornal não são bem sucedidas. O PC inicialmente interessado no assunto, descola-se dele e faz tentativas de conciliação. O jornal fica nas mãos dos revolucionários e vem a reflectir depois o bom e o mau das várias tentativas da esquerda.

Propostas de reestruturação do Exército

Começam a surgir com impor-

tância os problemas de estruturação interna dentro do Exército. Algumas unidades militares intensificam o sistema de assembleia plenária em substituição das ADU's (assembleia de delegados de unidades).

Aparecem duas propostas de estruturação do Exército, uma oriunda do GDE (Gabinete de Dinamização do Exército) outra de Lanceiros 2 (PM).

Rio Maior primeiros passos...

No dia 13 iniciam-se as movimentações em Rio Maior, onde a reacção se aproveita do descontentamento dos pequenos agricultores. Uma reunião e um comunicado promovidos pelo PCP dão pretexto à acção reaccionária

dos agrários. Dias depois no Norte, Manuel Alegre do PS dirá que «É preciso fazer um Rio Maior muito maior» E fizeram: foi o 25 de Novembro.

Manifestações do PS oposição do PC

O PS desencadeou uma movimentação por todo o País, com a realização de manifestações e comícios. O PC procura contrariar essas concentrações com barragens que são totalmente desfeitas no Norte. As barragens de Lisboa são substituídas por militares, mas entretanto surtem algum efeito, conduzindo a afrontamen-

Continua na pág. 18

A LUTA NOS QUARTÉIS Retrospectiva 75

O ano de 75 chegou ao fim e com ele se fechou um círculo a nível de organização e lutas desencadeadas pelos soldados nas unidades militares. Assim no início de 1975 a organização dos soldados era caracterizada por formas semiclandestinas e clandestinas, devido à repressão militarista existente, e as suas lutas tinham um carácter reivindicativo, girando à volta de melhores condições de sobrevivência e pelo direito de expressão e de organização das praças.

O seu desenvolvimento chegou a atingir estas superiores de organização e de luta em algumas unidades, como por exemplo a formação de comissões de soldados (órgãos de poder dos soldados) e lutas como a do CICAP/RASP e dos PÁRAS entre outras... Ao encerrar-se o ano de 1975 os soldados ainda existentes nos quartéis deparam com as mesmas condições de organização e perspectiva de luta a curto prazo. Com uma diferença em relação ao início do ano, é que todas as vitórias e derrotas alcançadas neste processo vão servir de experiência revigorante para não se voltar a cometer os mesmos erros.

Ao analisarmos este ciclo, podemos dividi-lo em quatro grandes estados de organização e luta:

1.º — Período até 11 de Março.

2.º — Período de 11 de Março até ao V Governo.

3.º — VI Governo até ao 25 de Novembro.

4.º — Após o 25 de Novembro.

PERÍODO ATÉ 11 de MARÇO

Assim no período até 11 de Março que se inicia com a discussão nas superestruturas militares do tão falado Plano Económico-Social de Transição (P. E. S. T.) agravam-se as contradições e começa-se a definir no chamado M.F.A., tres linhas distintas, a de direita, a reformista e a revolucionária. A partir daí com a agudização da luta de classes é com o avanço dos trabalhadores nas suas organizações autónomas, que provoca um salto qualitativo com a manifestação do 7 de Fevereiro onde a confraternização entre manifestantes e soldados,

que pela primeira vez não reprimem os trabalhadores, como o desejavam os oficiais reaccionários, de punho erguido numa identificação de classe protegendo os manifestantes. Este acto provocou também um salto em frente na organização dos soldados que até àquele momento não passava de acções descordenadas e reivindicativas.

Por todas as unidades começou a surgir um largo movimento de soldados que o chamado M. F. A. deixava de controlar. Assim surge de um determinado gabinete, aprovado nas altas esferas para discussão pelas praças uma estrutura chamada E. I. R. P. (Equipas de Informação Interna e Relações Públicas) que não era mais do que uma forma de sabotar a luta dos soldados e de recuperação para os canais do comando, para não ser ultrapassado o movimento do oficialato burgues.

No 11 de Março, o bombardeamento ao R. A. L. 1 visava uma unidade fundamental, não só pela sua importância em relação ao COPCON mas também pelo espírito revolucionário que tinha demonstrado na prática pondo-se ao lado dos trabalhadores em luta. Assim tentaram os oficiais reaccionários, utilizando pela primeira vez os PÁRAS para defenderem como sempre os seus privilégios que começavam a estar em perigo. Na prática começava a estar provado que o M. F. A. não passava de «bluff» e que ao contrário do apregoado havia das mais variadas tendências, desse os spinolistas até aos revolucionários.

PERÍODO DO 11 DE MARÇO ATÉ AO VI GOVERNO

Até à queda do V Governo Provisório assiste-se dentro das Forças Armadas ao assalto dos órgãos de Poder e de influência política por parte do reformismo, onde desenvolve a esquerda revolucionária (os elementos de direita devem ser recuperados para a «revolução» deles).

Assim utilizam todos os métodos fascizantes e pidescos para prender e correr com todos os soldados que não lhe eram afectos. O reformismo substi-

tui a análise e a força revolucionária pela mediocridade e a prepotência.

VI GOVERNO ATÉ 25 de NOVEMBRO

O golpe palaciano do grupo dos nove com a formação do VI Governo, mais uma vez alterou a tática dos soldados, que a este avanço da direita, respondeu firmemente com o aparecimento dos SUV na Região Militar do Norte, promovendo uma manifestação de 1500 soldados e 2000 trabalhadores, com o seu rápido alargamento às outras regiões militares salientando-se a vinda para a rua de 10 000 soldados e cerca de 70 000 trabalhadores em Lisboa numa das maiores manifestações efectuadas no país, que fez tremer da forma mais violenta o exército ainda existente da burguesia.

Mas não eram só os soldados e os trabalhadores que se organizavam, os oficiais revolucionários, também faziam parte das componentes necessárias para o desencadear da insurreição armada e a tomada do poder pelo trabalhadores.

Assim para a concretização do poder repressivo burgues sobre a classe operária havia que destruir estas duas componentes fundamentais — a organização dos soldados e a dos oficiais revolucionários. Aí a burguesia encontra um aliado importante, as forças reformistas, e é nesta conjugação de esforços que surge o 25 de Novembro.

APÓS O 25 DE NOVEMBRO

Os seus objectivos aparentemente estão cumpridos. Os soldados estão na peluda. Os oficiais revolucionários e não só... estão presos. Os quartéis estão entregues a reaccionários e fascistas prontos a reprimir os trabalhadores ao mais pequeno movimento.

Mas, os soldados ainda existentes nas unidades e os que irão ingressar nas próximas incorporações saberão encontrar uma tática correcta com os trabalhadores para o derrube da burguesia e para a vitória da Revolução Socialista.

OS GRANDES ACONTECIMENTOS



Continuação da pág. 17

tos na Portela de Sacavém entre trabalhadores do PS e do PC.

O folclore político e o clubismo atinge o máximo.

Crise e fim do IV Governo

O PPD pede a demissão do Governo e iniciam-se conversações para a formação do V. Durante um longo interregno não há Governo. Vasco Gonçalves começa a ser alvo de grandes ataques por parte da direita.

Chantagem da CEE

Intensifica-se um processo de chantagem da parte dos países do imperialismo que fazem depender as suas ajudas do bom comportamento «democrático» do Governo português. A CEE é clara nas suas intenções declarando as suas condições que põe ao empréstimo e que se resumem ao restabelecimento da democracia burguesa em Portugal com carácter estável.

Triunvirato

A questão da crise do poder é resolvida pelo Conselho da Revolução nomeando um triunvirato com Costa Gomes Vasco Gonçalves e Otelo Saraiva de Carvalho, pretendendo assim consagrar as três tendências: social-democrata, reformista e revolucionária. Mas o triunvirato não resolveu as contradições principais da situação portuguesa e que dizem respeito à questão da economia. A nova estrutura apenas alongou a situação de crise, sem que se tomassem medidas radicais.

«Golpe» e «contragolpe» no quartel da Amadora

No dia 30 Jaime Neves é afastado do quartel em consequência de suspeitas de actividades contra-revolucionárias. Assim o determina aparentemente a assembleia do quartel e assim é confirmado pelo Copcon. Mais tarde vem-se a verificar que houve causas inventadas e um dos milicianos implicados confessa na assembleia que houve «golpe». O processo volta atrás e Jaime Neves retoma o lugar. Pelo processo do «golpe» perdeu-se mais uma ocasião de conduzir as coisas revolucionariamente e com verdade.

AGOSTO

Ataques a sedes dos partidos

Por todo o País uma onda de ataques a sedes de partidos progressistas toma o carácter de um movimento anticomunista. Aproveitando o agravamento das condições de vida dos pequenos camponeses do Norte e do Centro do País, os dirigentes locais do PS, os reaccionários da terra os Elp's e a Igreja espicaçam as populações para atacarem tudo quanto é MFA ou progressista. Esses mesmos personagens organizam o ataque às sedes dos partidos, numa onda de fúria própria de «guerra santa». O PC e o MDP, que ocuparam postos de poder logo a seguir ao 25 de Abril, são para essas populações a incarnação do poder, ao qual atribuem todos os seus males. A reacção aproveitada habilidosamente essas circunstâncias.

Documento dos «Nove»

O «documento dos Nove» é um documento crítico que expõe com verdade algumas condições da situação portuguesa, misturando-as com considerações reaccionárias referentes às nacionalizações e aos ritmos. Pouco aponta de soluções, mas diz o suficiente para propôr a intensificação das relações com o bloco imperialista.

Este documento, de aspecto social-democrata, teve o condão de congregar toda a direita militar e não só a direita, com os indecisos ou simplesmente aqueles que estavam numa posição crítica em relação à situação. Assim cumpriu o seu papel, por muito que alguns dos seus signatários não o quisessem aceitar.

Documento dos oficiais do Copcon

Poucos dias depois do documento dos nove sai este documento programático que aponta soluções que passam por um corte com o imperialismo e pela aliança operário-camponesa, assim como pela democracia de base.

À volta deste documento gera-se a maior unidade desde o 25 de Abril, desde o PC até todos os partidos da esquerda revolucionária, passando pelas tendências golçalvistas e revolucionários do MFA.

MANIFESTAÇÃO DE APOIO AO DOCUMENTO DO COPCON

No dia 20 de Agosto uma impressionante manifestação de cerca de 150 000 pessoas sai do Terreiro do

Paço e vai a São Bento, em apoio ao Documento do Copcon. É apoiada por todos os partidos que apoiaram o documento. Salienta-se nesta manifestação a presença dos camponeses das Cooperativas de Alcoentre, alguns dos quais se encontram agora presos devido à repressão de que aquela zona foi vítima.

NASCIMENTO DA FUR

No dia 25 de madrugada foi criada a FUR em reunião no Instituto de Sociologia Militar, onde estiveram presentes os partidos que compuseram PC, FSP, LCI, MDP, MES, PRP e 1.º de maio assim como representações de militares da ala golçalvista e da ala do Copcon. A FUR constituiu-se à volta de uma plataforma política aceite por todos.

No dia seguinte o grupo 1.º de Maio retira-se da FUR.

MANIFESTAÇÃO DA FUR

De novo uma enorme manifestação no dia 27 de Agosto reúne as organizações da FUR e todos os trabalhadores que aderiram à ideia da unidade revolucionária. A grandeza desta manifestação foi idêntica à de apoio ao documento do Copcon. Terminou com um discurso do Presidente da República que foi vaiado pela multidão.

O PC SAI DA FUR

Dia 28 o PC sai da FUR, expulso pelas outras organizações em virtude de ter traído a plataforma, uma vez que propôs conversações com o PS e o Presidente da República. Esta posição precipita as disposições do PR para acabar com o V Governo e negociar com a direita.

SETEMBRO ASSEMBLEIA DE TANCOS

A assembleia do Exército em Tancos a 4 de Setembro inicia um processo de golpe administrativo para, através da Assembleia das FA legitimar posições de direita.

Vasco Gonçalves, afastado de Primeiro-Ministro é depois rejeitado de chefe de Estado Maior das Forças Armadas, como era previsível.

INÍCIO DO VI GOVERNO

Pinheiro de Azevedo toma posse, apoiado pela Marinha, que se dispõe a terçar armas com o «Jornal Novo» PORQUEESTEPUBLICAUMAFOTOGRAFIA ANEDÓTICA DO ALMIRANRE:

O VI Governo é constituído com os três partidos.

AMI

Tentativas de constituir o AMI como corpo repressivo para substituir

o Copcon. Mas o AMI não tem soldados, nem sede, porque nem sequer foi consentido no GDACI.

PM RESOLVE PROBLEMAS INTENSOS

Problemas intensos criados na PM PELO MRPP são resolvidos democraticamente e o comando da unidade tem a confiança dos soldados. A PM passa a ser muito atacada pela direita e a ganhar muita importância para a esquerda e para os trabalhadores a quem apoia nas suas lutas.

SUV

A 4 de Setembro surge o primeiro comunicado dos SUV no quartel do Porto. Este movimento haveria daí em diante de marcar profundamente não só a questão militar como toda a vida nacional.

A primeira manifestação dos SUV no Porto é uma manifestação grandiosa de cerca de 40 000 pessoas, onde se juntam soldados e trabalhadores.

CAPITÃO FERNANDES

O capitão Fernandes publica declarações, transmitidas em primeira mão na República e no RCP onde diz que entregou mais de 1 milhão de armas a operários e a camponeses. Esta declaração haveria de ser atacada pela direita durante meses. A seu respeito o general Otelo diria pouco tempo depois que as «armas estão em boas mãos». Ainda hoje não se sabe o paradeiro dessas armas.

MANIFESTAÇÃO DO PALÁCIO FOZ

No dia 29 o Governo decide a ocupação das rádios e da TV. Os trabalhadores reagem energicamente e fazem a partir das 12 horas uma concentração nos Restauradores. A vinda de Otelo Saraiva de Carvalho para o Palácio Foz dá à manifestação um carácter de intervenção em relação ao poder. O reformismo das correntes maoístas e as hesitações dos militares impediram que esse dia tomasse um carácter insurreccional. Perdeu-se uma oportunidade de derrubar o VI Governo e de impedir o fascismo.

OUTUBRO GOLPE INVENTADO

No dia 1 o PS inventa um «golpe de extrema esquerda» e tenta mobilizar contra esse golpe ex-imaginário. Foi o ensaio geral do 25 de Novembro.

LUTA DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

À volta da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, desenvolve-

DA ESFERA POLÍTICA DO ANO DE 1975

se um importante movimento para a obtenção de reivindicações sociais e salariais da parte dos deficientes. Estes que são em número de 30 000, consideram-se e são vítimas de uma guerra feita pelos senhores colonialistas para salvaguardar os seus interesses. Os deficientes ocupam a Ponte, a Emissora Nacional e cercam S. Bento com o Governo lá dentro.

RASP E CICAP

A 4 de Outubro desencadeia-se a luta no CICAP no Porto a que se segue a concentração de militares no RASP, onde é eleito um comando revolucionário. Manifestações revolucionárias sucessivas apoiam esta luta dos soldados.

SUV EM LISBOA

Grande manifestação dos SUV em Lisboa, que engloba soldados de todas as unidades militares e que termina na Trafaria com a libertação de dois soldados.

METALÚRGICOS EM LISBOA

No dia 7 os metalúrgicos vieram para a rua para lutar pelas reivindicações às quais o sindicato se solidariza.

RENASCENÇA DE NOVO NO AR

Uma manifestação de trabalhadores e soldados dessela as instalações do emissor da Buraca e põe de novo no ar a emissão da Rádio Renascença. A internacional abre o programa.

LEI DO DESARMAMENTO

O retomar das disposições do PAP A RESPEITO DO DESARMAMENTO OBRIGA AS BR a passarem à clandestinidade. O PRP mantém-se legal.

NOVEMBRO SÉCULO

Conflito no «Século» entre as tendências PS - MRRP - Direita e a tendência PC. O jornal acabou por sair com um director eleito entre os trabalhadores e os números que saíram têm posições de esquerda.

GREVE E MANIFESTAÇÃO DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Uma enorme manifestação da construção civil, englobando cerca de 150 000 pessoas, vem do Terreiro do Paço a S. Bento, onde se sequestra o Governo até satisfação das reivindicações.

TRIBUNAIS POPULARES

Realizam-se em Lisboa vários tribunais populares onde o júri é constituído por trabalhadores eleitos. Todos dizem respeito a ocupações de casas.

SABOTAGEM NA R. RENASCENÇA

Conselho de Revolução na perna de alguns dos seus membros «posteriormente só Otelo e Contreiras votam contra) decide dinamitar o emissor da Rádio Renascença sito na Buraca o que leva em apoio de dois oficiais na companhia de pára-quedistas, que desconhecem a acção.

PÁRA-QUEDISTAS PASSAM COPCON

Em consequência da sabotagem do RR os pára-quedistas passam a ficar sobre as ordens do Copcon a 8 de Novembro.

INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA

A independência de Angola a 11 de Novembro, uma grande vitória para o MPLA, marca profundamente a situação portuguesa.

MANIFESTAÇÃO NO TERREIRO DO PAÇO

A cintura industrial promoveu uma manifestação no Terreiro do Paço, como resposta à manifestação anterior promovida pelo PS — PPD. É uma grande manifestação operária, mas com palavras de ordem recuadas e sem pôr o objectivo do poder. A bandeira nacional substitui a bandeira vermelha em muitos casos.

MANIFESTAÇÃO EM BEIÉM

Na sequência da ameaça da nomeação de Vasco Lourenço para comandante da Região Militar de Lisboa a manifestação de Belém junta trabalhadores da cintura industrial e alguns soldados. O PC dá o aval ao Presidente da República que discursa.

Os militares revolucionários lêem o seu manifesto.

GOLPE DE DIREITA

A 25 de Novembro o golpe da direita vem dar um forte abalo à esquerda militar. A situação portuguesa entra rapidamente a caminho do fascismo.

DEZEMBRO JREPRESSÃO

Nos quartéis.
Na informação: saneamento de 122

jornalistas, assalto às direcções dos jornais pela social-democracia, EN e TV são «a voz do dono».

Nas cooperativas: as cooperativas agrícolas são as maiores vítimas das buscas e das prisões.

Na esfera militar a repressão leva para a prisão oficiais, sargentos e soldados.

COMITÉS DE LUTA

Surgem comités de luta dos soldados da PM e no RI de Faro.



31 DE DEZEMBRO/1.º DE JANEIRO

Continuação da pág. 2

meçar a abrir os olhos e já percebem que quem lhes fala em congelar os salários e em subir os preços dos a liberdade de morrer na rua sob as balas assassinas dos lacaios da burguesia fascista — os criminosos da GNR.

Hoje dia 1 de Janeiro de 1976 os assassinos da GNR que guardavam a prisão de Custóias, abrem fogo sem qualquer aviso e sem motivo que tal justificasse sobre cerca de 40 000 pessoas, homens, mulheres e crianças que se haviam deslocado para as imediações da prisão a fim de expressarem o seu repúdio pela prisão de oficiais, sargentos e praças supostamente implicados no golpe de 25 de Novembro.

Ao mesmo tempo em Caxias milhares de pessoas sofriam a mesma repressiva dos comandos do assassino Jaime Neves.

Balanço provisório em Custóias — mortos e dezenas de feridos, sendo quatro deles de extrema gravidade, dezenas de crianças psicologicamente traumatizadas em grande histeria.

Com estas acções as forças capitalistas deram mais um passo a caminho do fascismo, e tudo isto dizendo que vão construindo o socialismo. Mas a classe operária os camponeses e os trabalhadores em geral estão a cobens essenciais são os mesmos que mandam disparar sobre os trabalhadores, são os mesmos que prenderam e mantêm presos em Custóias e em Caxias os militares revolucionários que defendiam os trabalhadores, são os Costa Gomes, são os Pires Velosos, são os Jaime Neves, são os Pinheiros de Azevedo. Estes mesmo que junta-

MANIFESTAÇÃO DE APOIO AOS MILITARES PRESOS

Em Custóias e em Caxias os dias de festa (mas não só) são dias de romaria para saudar os militares revolucionários.

OS PARTIDOS VÃO PARA A DIREITA

Os partidos do Governo — PPD, PS, PC — guinam para a direita, dando origem a saídas em massa de militantes desses partidos.

mente com Ramalho Eanes desencadearam o golpe de 25 de Novembro (já não é segredo de ninguém que o 25 de Novembro foi um golpe longamente preparado pela direita com a ajuda internacional da CIA).

Hoje na Região Militar do Norte pela primeira vez depois do 25 de Abril de 1974, morreram trabalhadores trespassados pelas balas assassinas dos fascistas da GNR. É sintomático que isto tenha acontecido precisamente depois do 25 de Novembro, com Pires Veloso no comando da RMN e durante a vigência do VI Governo Provisório.

Os trabalhadores face à onda repressiva que se avizinha e que o PRP tem vindo a denunciar, tem de compreender uma forma clara e definitiva que a única saída contra a repressão e o fascismo, é a Revolução Socialista, que só será possível se os trabalhadores estiverem unidos, organizados e armados nos seus órgãos unitários de base (comissões de trabalhadores, comissões de moradores, conselhos de aldeia e comissões de soldados e marinheiros) devidamente coordenados.

REVOLUCIONÁRIOS LIBERTADÃO — FASCISTAS PARA PRISÃO MORTE AO FASCISMO E A QUEM O APOIAR OPERÁRIOS E CAMPONESES, SOLDADOS E MARINHEIROS UNIDOS VENCEREMOS UNIR ORGANIZAR ARMAR — A REVOLUÇÃO TRIUNFARÁ

Direcção da Organização Regional do Norte
Porto, 21 horas do dia 1 de Janeiro de 1976

PROLETARIOS DE TODOS OS PAISES, POVOS E NAÇÕES OPRIMIDAS DO MUNDO, UNI-VOS!

Revolução

Composição e impressão: Renascença Gráfica. Distribuição: DIG — Rua das Chagas, 2 — Lisboa

AVENÇA

Carlos Carvalheiro

EDITORIAL

Fazendo um balanço de 1975 há duas grandes correntes que passam ao longo dos meses, e que se chocam e entrecruzam, mas que nunca chegam a sobrepor-se — uma é a das superestruturas políticas, a dos acontecimentos, choques, arranjos e rearranjos ao nível do poder político-militar. Outra é o movimento impetuoso e saudável que varreu o País — o movimento dos explorados na luta por melhores dias. Mas estes, os explorados, os trabalhadores, nunca tiveram nada a ver com o poder ao longo destes meses. E hoje há entre eles e o poder uma franca e clara oposição. A burguesia conseguiu portanto preservar o poder.

Iniciou-se este ano de 1975 pela aprovação do Plano Económico-Social de Transição, cuja concepção haveria de marcar vários outros acontecimentos. É o mesmo espírito que vem a aparecer no PAP (Plano de Acção Político) saído do Conselho da Revolução em Junho e que aparecerá depois, por vias menos legalistas, no «Documento dos Nove». É ainda a mesma concepção que vem a aparecer em algumas proclamações do poder depois do 25 de Novembro. Segundo os conceitos expressos, rejeita-se (por palavras) o capitalismo, rejeita-se a social-democracia, mas rejeita-se também (e sobretudo) a ditadura do proletariado. Aceita-se que parte do País seja capitalista e que a outra parte esteja socializada (sobretudo a que não dá rendimento...). Propõe-se simultaneamente o estreitamento de relações com os países do Imperialismo e jura-se amizade ao Terceiro Mundo. Fala-se de descolonização, mas resiste-se à descolonização. Tejera-se a democracia de base, mas defende-se o parlamento. É esta a teoria dos documentos em causa, aos quais os intelectuais do GIS (ou ex-MES), têm vestido roupagens muito mais transcendentes!

E o que foi mais grave é que o País, com maior ou menor inflexão para a direita e para a esquerda tem vivido submetido a esta política. A prática do poder político tem correspondido a esta teoria. Para executar esta prática nada melhor do que um governo de coligação; a aliança de classes significa neste caso concreto a traição a uma delas — a classe operária.

Os partidos do poder têm tido mais problemas entre si a respeito exactamente do poder, do aparelho

de Estado, do controlo dos meios de Informação, do que a respeito dos interesses divergentes que representam. É aliás curioso que as grandes lutas partidárias ao longo deste ano foram entre o PS e o PC e não entre este e o PPD, o que só veio a suceder muito recentemente e de uma forma tão branda que está longe dos desafios clubistas apaixonados a que assistimos entre os «socialistas» e «comunistas».

O Imperialismo jogou portanto na degradação da situação económica que é a consequência natural do sistema de meias tintas em que temos vivido e que já por si nasceu da crise que deu origem ao 25 de Abril. Aos olhos frios das polícias políticas internacionais esta degradação era fatal, como fatal seria todo o quadro social e político que ela acarretava. Para muitos revolucionários e trabalhadores esta evolução também era fatal se não se tomassem medidas a tempo e horas. Só hoje os políticos reformistas, com ou sem partido, para os ignorantes de economia, para os activistas políticos de óculos embaciados pelo folclore democrático, para os militares hesitantes é que isto não foi claro. Na maior parte dos casos o problema que se punha para esta gente, com boa ou má intenção, era o problema do poder — criam tudo menos perder o controlo do poder, passá-lo para as mãos dos trabalhadores. Este carácter reformista de uma parte do poder (a outra é capitalista) e a coligação de classes, são os responsáveis pela situação actual ou seja pela catástrofe económica e pela iminência do fascismo.

Mas não é o poder em geral nem o reformismo em particular que são responsáveis por que não se faça a revolução. A revolução, cabe aos revolucionários fazê-la. Em cada País e em cada processo revolucionário há sempre o partido reformista que cumpre o seu papel de traição; sempre assim foi. Cabe aos revolucionários apresentar uma alternativa capaz de ser vitoriosa. E podemos dizer que durante o ano de 1975 a alternativa revolucionária não foi capaz de ser vitoriosa. As suas várias componentes — a organização autónoma dos trabalhadores, os partidos, o programa, as tarefas, a tática, não conseguiram vencer o inimigo principal — os agentes do Imperialismo em Portugal. A or-



NOTÍCIAS

SANEAMENTO NA MARINHA

A Marinha foi menos atingida pela repressão que se seguiu ao 25 de Novembro, dada a neutralidade determinada pelos seus comandos. Apesar disso e de não haver portanto pretexto legalista para supostas intervenções num suposto 25 de Novembro, a Marinha é também atingida. Além das prisões que foram feitas e são conhecidas, há outras medidas repressivas. Assim, na Escola Naval de Vila Franca, a medida tomada foi a da residência fixa, com o afastamento do local de trabalho. Foram atingidos por esta medida os sargentos Barros e Martins e os tenentes Guerra, Ferreira Batista, Sousa Santos e Rocha Deus. O tenente Ferreira Batista era comandante dos Fuzileiros.

SALGUEIRO MAIA AMEAÇADO DE SANEAMENTO À ESQUERDA

Nos tempos que vão correndo a viragem à direita é assustadora. Salgueiro Maia foi conhecido durante muito tempo como uma figura conservadora, apesar da sua intervenção no dia 25 de Novembro não ter sido muito «dura».

Pois hoje é já voz corrente a ameaça de saneamento de Salgueiro Maia do Regimento de Cavalaria de Santarém por ter posições consideradas demasiado à esquerda pela maioria daquela unidade.

Lembramos que foi alvo de idêntica posição um sargento daquela unidade aquando da viagem de Costa Gomes à URSS, pela simples razão de se ter deslocado a esse país, na comitiva do Presidente.

Saneamentos no Rádio Clube Português

Julio Isidro Noticiarista
Jaime Fernandes Noticiarista
Maria Eufémia Realizadora (Alavanca)
Fernando Jorge Operador
Rui Pedro Noticiarista
Mário Pereira Noticiarista
Alfredo Alvela Noticiarista
Artur Alvarrã Noticiarista
Manuel Bravo Noticiarista
Teresa Moutinho Noticiarista

Franklin Rodrigues Operador
Fernando Humberto Operador
Eduardo Jorge Técnico
Maria A. Duarte Ferreira Dactilógrafa
F. Quinas Noticiarista
Julio César Operador
Maria Helena D'Êça Leal Locutora
J. Manuel Gonçalves Discotecário
Dulce Mata Dactilógrafa
Armando Pires Operador
José Ribeiro Operador
Corte Real Noticiarista

ganização autónoma não conseguiu o grau de unificação e de coordenação necessário e foi campo de manipulações dos partidos stalinistas que muito prejudicaram a sua verdadeira autonomia. A alternativa orgânica revolucionária não foi suficientemente forte e implantada para vencer as manobras capitalistas e a traição reformista; os meses que se vão seguir dirão se é possível agarrar o tempo. A proposta da insurreição amada não foi proclamada a tempo e horas — o proletariado necessitava de se ter preparado mais cedo, tanto sob o ponto de vista de armamento como de coordenação — para enfrentar o golpe de direita. O grande movimento proletário, que em 1975 atingiu os seus maiores pontos políticos com os casos do jornal «República» e do Rádio Renascença não amadureceu

o suficiente para obter a vitória. Hoje o Rádio Renascença está nas mãos da Igreja e o «República» fraquejou. As três tendências existentes no seio do movimento existiram — a reformista, a maoísta e a revolucionária — mantiveram-se individualizadas. As duas primeiras foram impeditivas da organização revolucionária.

Neste ano de 1976 que se abre, dizemos mais do que nunca: ou se faz a Revolução Socialista ou o fascismo é certo. Mas para fazer a Revolução Socialista é necessário organizar e amar, organizar e amar. Todo o militante tem de estar organizado. Mas temos que pôr de lado e passar pela peneira o populismo folclórico. Ser duro e revolucionário neste momento equivale a ganhar dezenas de anos na libertação do homem português.